# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

## 1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

No ano de 2012, a EDP Bandeirante prosseguiu com a sua atuação sustentável junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, com foco na qualidade e na obtenção de resultados.

O baixo crescimento econômico do país, refletiu-se no volume de energia elétrica distribuída na nossa área de concessão, com um crescimento de 0,5% face a 2011. O setor industrial cativo apresentou queda de 6,9% comparado ao ano anterior. No período, a base de clientes foi incrementada em 3,6%, cerca de 56 mil novos clientes, em sua grande maioria nas classes residencial e comercial.

**Revisão Tarifária e Resultados Financeiros**

Em 16 de outubro de 2012, foi aprovada a revisão tarifária do ciclo 2007/2011, retroativa a outubro de 2011, juntamente com o reajuste anual da EDP Bandeirante de 11,45%, que passou a ser aplicado a partir de 23 de outubro de 2012. Em relação à tarifa praticada anteriormente, o efeito médio percebido pelos clientes, considerando a revisão tarifária de 2011 e o reajuste tarifário de 2012, foi de 7,29%.

A receita operacional líquida atingiu, em 2012, o valor de R$ 2.557,1 milhões, em linha com mesmo período do ano anterior. O EBITDA foi de R$ 217,1 milhões e o lucro líquido R$ 81,0 milhões, impactados, principalmente, pelo abrandamento do mercado industrial e elevação dos preços com aquisição de energia, que ficaram acima do valor reconhecido na tarifa, pelo aumento do volume de geração termoelétrica, em face do baixo nível de água dos reservatórios em todas as regiões do país e impacto positivo de R$ 24,5 milhões pelo Valor novo de Reposição de Ativos de distribuição conforme definido na Medida Provisória nº 579, os ativos da concessão passam a ser indenizados considerando o Valor Novo de Reposição - VNR, o mesmo utilizado nos processos de Revisão Tarifária das Concessões de Distribuição de Energia para a definição da Base de Remuneração Regulatória.

**Investimentos e Otimização de Processos**

A EDP Bandeirante mantém investimentos consistentes com foco na qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e no atendimento às regras regulatórias. Estes investimentos superaram, nos últimos três anos, 500 milhões, contemplando obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, nomeadamente através da construção de 5 novas subestações e da ampliação de outras 8, que permitiram expandir em 13% a capacidade instalada. Vale ressaltar o incremento e modernização dos canais de atendimento, como a melhoria da agência virtual que disponibiliza serviços online aos clientes e o atendimento presencial em todas as cidades da área de concessão.

Aplicando ferramentas de inteligência operacional, a EDP Bandeirante reduziu, em cerca de 8% face a 2011, a quantidade de deslocamentos improcedentes das equipes de plantão. O projeto Lean, já implantado com sucesso nos centros de manutenção, traduziu o comprometimento da Empresa com a melhoria nos processos, resultando em maior eficiência operacional e melhor utilização de recursos. Este esforço de otimização estendeu-se também ao ciclo comercial, com efeitos na redução em cerca de 60% das reclamações em relação ao ano anterior.

**Indicadores Operacionais**

Os indicadores técnicos que medem a continuidade do fornecimento de energia, DEC (Duração Equivalente de Interrupção) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção), apresentaram índices melhores que os padrões estabelecidos pela ANEEL, 9,42 horas e 6,03 vezes, respectivamente, resultado dos investimentos na expansão e modernização das redes e do plano de manutenção. Como consequência da elevação do nível de automação da rede de distribuição, verificou-se o aumento do número de clientes abrangidos por transferência automática de cargas. Atualmente, cerca de 38% dos clientes da Empresa estão abrangidos pela transferência automática de cargas (em 2008 eram apenas 2%). A EDP Bandeirante é uma das empresas do setor que possui maior avanço nesta área.

As perdas totais mantiveram-se estáveis face a 2011. A manutenção deste indicador se deve essencialmente ao controle das perdas não técnicas, resultado do Projeto Garantia de Receita.

**Investimentos em Inovação e Eficiência Energética**

Em 2012, a EDP Bandeirante prosseguiu com a implementação do Projeto InovCity, alcançando o total de 12 mil unidades consumidoras com medidores inteligentes instalados. A iniciativa, realizada em parceria com a Secretaria de Energia de São Paulo e a Prefeitura de Aparecida, permitirá uma maior eficiência e qualidade na prestação de serviços ao cliente, como medição inteligente, iluminação pública eficiente, micro-geração com fontes renováveis de energia, mobilidade elétrica e ações de eficiência energética. Com o foco na segurança, conforto e qualidade de vida dos clientes, a EDP Bandeirante deu continuidade aos projetos no âmbito do Programa de Eficiência Energética. Destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades carentes. Em 2012, o projeto atendeu mais de 25 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com orientações quanto ao uso racional e consumo consciente de energia elétrica.

**Reconhecimentos e Agradecimentos**

Com o objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes com relação ao fornecimento de energia elétrica e à eficácia dos serviços oferecidos, a EDP Bandeirante participa anualmente da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Em 2012, atingiu um índice de Satisfação com a Qualidade Percebida de 85,9%, o melhor resultado da distribuidora na história da pesquisa.

A EDP Bandeirante recebeu ainda a premiação de "Evolução do Desempenho", promovido pela ABRADEE, sendo reconhecida como a empresa do setor de distribuição elétrica no Brasil, que registrou melhor evolução na avaliação global dos critérios do prêmio (Gestão Operacional, Satisfação do Cliente, Gestão Econômico-Financeira, Qualidade de Gestão, Responsabilidade Social).

No Prêmio Nacional da Qualidade a empresa foi destaque novamente, desta vez, no critério Clientes, que mensura a gestão e o desempenho da empresa no relacionamento com os clientes.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo. Em 2013, manteremos a política de segurança e qualidade dos serviços prestados, acompanhado de rigorosa gestão financeira e continuaremos empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

**Ana Maria Machado Fernandes**
Presidente do Conselho de Administração

## 2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O setor de serviços segue como importante propulsor da economia paulistana, entre janeiro e setembro de 2012, segundo a SEADE, o PIB paulista cresceu 2,1%, em relação a igual período de 2011, refletindo a expansão 4,2% no valor adicionado dos serviços e de 1,3% nos impostos.

A robustez desse seguimento fica evidenciada na geração de emprego, que de acordo com CAGED/MTE, no ano, verificou acréscimo de 336.398 postos (+2,77%), dos quais o setor de serviços respondeu +201.787 postos e o comércio por +104.189 postos. Em linha com este resultado, volume de vendas do comércio varejista apresentou crescimento de 9,9% taxa acumulada até nov/12, frente ao mesmo período de 2011.

Em 2012, o setor industrial paulista foi fortemente impactado pelo arrefecimento da economia, reflexo da conjuntura internacional. Segundo o IBGE, o índice acumulado da produção física industrial nos onze meses de 2012, frente a igual período de 2011, mostrou queda de 3,9%, com treze das vinte atividades investigadas apontando recuo na produção. O maior impacto negativo sobre o total da indústria veio de veículos automotores (-15,2%), pressionado, principalmente, pela menor produção de caminhões e automóveis. O alívio veio dos setores de outros equipamentos de transporte (17,5%) e de refino de petróleo e produção de álcool (7,2%) que apontaram as contribuições positivas mais relevantes, impulsionados, em grande parte, pelos itens aviões, no primeiro ramo, e gasolina automotiva e óleo diesel e outros óleos combustíveis, no segundo.

## 3. A EDP BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante), Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba.

## 4. PRINCIPAIS INDICADORES

| Descrição | unidade | Saldos dez/12 | dez/11 | Variação % |
|---|---|---|---|---|
| **Financeiros** | | | | |
| Ativo Total | R$ mil | 2.511.611 | 2.577.538 | (2,6) |
| Patrimônio Líquido | R$ mil | 779.289 | 791.368 | (1,5) |
| Dívida Líquida (1) | R$ mil | 525.133 | 455.722 | 15,2 |
| Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido | vezes | 0,67 | 0,58 | 15,5 |
| Dívida Bruta/EBITDA (12 meses) | vezes | 2,93 | 1,34 | 118,7 |

| Descrição | unidade | janeiro - dezembro 2012 | 2011 | Variação % |
|---|---|---|---|---|
| **Resultados** | | | | |
| Receita Líquida | R$ mil | 2.557.089 | 2.584.707 | (1,1) |
| Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis | R$ mil | 2.422.101 | 2.177.538 | 11,2 |
| Resultado do Serviço (EBIT) | R$ mil | 134.988 | 407.169 | (66,8) |
| EBITDA (2) | R$ mil | 217.089 | 481.363 | (54,9) |
| Resultado Financeiro | R$ mil | (22.389) | (88.016) | (74,6) |
| Resultado Antes de Impostos | R$ mil | 112.599 | 319.153 | (64,7) |
| Lucro Líquido | R$ mil | 80.968 | 222.901 | (63,7) |
| **Margens** | | | | |
| Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida) | % | 8,8% | 20,0% | -11,1 p.p. |
| Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida) | % | 3,2% | 8,6% | -5,5 p.p. |
| **Operacionais** | | | | |
| Investimentos Líquidos (3) | R$ mil | 101.043 | 184.826 | (45,3) |
| Número de Clientes Finais | mil | 1.601.441 | 1.545.296 | 3,6 |
| Número de Colaboradores (4) | Unidade | 1.184 | 1.103 | 7,3 |
| Produtividade (MWh distribuído/empregado) (5) | MWh | 12.943 | 13.876 | (6,7) |
| Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC | horas | 9,42 | 9,43 | (0,1) |
| Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC | vezes | 6,03 | 6,17 | (2,3) |

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - Caixa e equivalentes de caixa

(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização

(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais e Receitas de Ultrapassagem e Excedente de Reativo

(4) Considera quantidade de colaboradores + Conselho de Administração

(5) Considera a média de colaboradores no período

## 5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

**ALTERAÇÕES REGULATÓRIAS**

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória n° 579/2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica. A redução média prevista para todo o Brasil é de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Encargos Setoriais (7%) e Renovação das Concessões (13%).

No que se refere aos Encargos Setoriais, a cobertura tarifária referente às quotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixará de ser repassada pelas distribuidoras aos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

A Medida Provisória nº 579/2012 estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração deverão disponibilizar sua garantia física de energia e de potência para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia.

As concessionárias de geração e transmissão que tiverem seus contratos alcançados pela MP 579/2012 poderão prorrogar suas concessões, e considerando que os ativos vinculados à prestação do serviço de geração e transmissão de energia elétrica estarão totalmente amortizados, terão reconhecidos nas tarifas os custos de operação e manutenção, encargos e tributos.

Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir de fevereiro de 2013, quando todas as distribuidoras de energia elétrica passarão por uma revisão tarifária extraordinária - RTE, específica para ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais. Assim, simultaneamente, os custos não-gerenciáveis serão reduzidos e as tarifas de fornecimento também, não havendo impactos na margem das distribuidoras.

As concessões de geração hidroelétrica detidas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil - por terem sido outorgadas após fevereiro de 1995, data de entrada em vigor da Lei 8.987 - não são atingidas pelas mudanças regulatórias em pauta. Entretanto, estas mudanças com certeza influenciarão as regras que serão aplicadas às prorrogações destas concessões no futuro, conforme as condições estabelecidas agora:

- Remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidroelétrica.
- Venda da energia das usinas (certificado chamado de Garantia Física) através de quotas destinadas exclusivamente ao Ambiente Regulado, ou seja, às distribuidoras.
- Submissão aos padrões de qualidade do serviço fixado pela ANEEL.

**REVISÕES TARIFÁRIAS**

A metodologia para a realização do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária (2CRTP) foi publicada após a data de revisão tarifária de algumas distribuidoras. Desta forma, a Diretoria da ANEEL, decidiu que as empresas com revisão tarifária entre 2011 e fevereiro de 2012, tivessem as suas tarifas prorrogadas até a data do próximo reajuste tarifário, todavia com efeitos retroativos à data originalmente definida. A EDP Bandeirante fez parte do grupo de empresas nessa situação, tendo no processo tarifário de outubro de 2012, os efeitos retroativos da revisão tarifária de 2011 e do próprio reajuste tarifário de 2012. A partir da diferença entre as tarifas prorrogadas e aquelas definidas na revisão tarifária, foi gerado um componente financeiro, que será amortizado em três parcelas, sendo a primeira considerada no reajuste tarifário de 2012 e as demais nos reajustes subsequentes.

**REAJUSTE TARIFÁRIO**

Conforme já mencionado, o reajuste tarifário anual[1] médio concedido à concessionária foi de 11,45%, reposicionando as tarifas para o período de 23 de outubro de 2012 a 22 de outubro de 2013. Deste percentual, 7,60% referem-se ao reajuste econômico e 3,85% referem-se a componentes financeiros.

Em relação à tarifa praticada até 22 de outubro 2012, homologadas no reajuste tarifário anual de 2010, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos, já considerado o reposicionamento tarifário de 2011, foi de 7,29%, sendo 7,82% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e 6,82% o efeito médio para os consumidores baixa tensão.

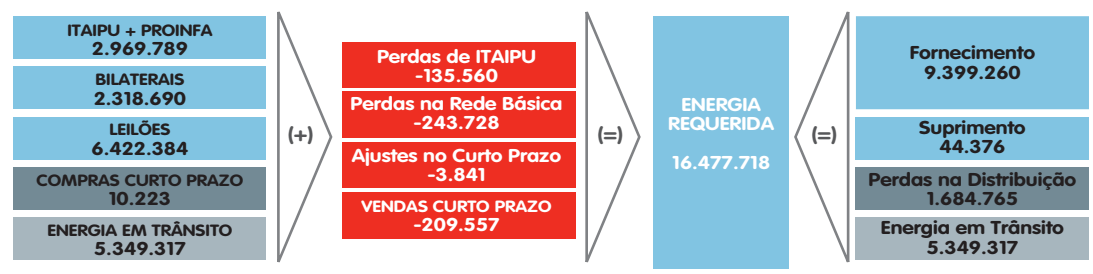
O ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011 da EDP Bandeirante, no valor total de R$ 78 milhões, foi divido em três parcelas, sendo a primeira já considerada nesse reajuste.

[1] Resolução Homologatória ANEEL nº 1.368 de 16/10/2012

## 6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

**6.1 Balanço Energético (MWh)**

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

**6.2 Compra de Energia**

A compra de energia em 2012 foi de 11.721 GWh inferior em 1,8% à verificada em 2011. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfa representam 25,3%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 54,8% e os Contratos Bilaterais 19,8%.

**6.3 Energia Distribuída**

A EDP Bandeirante faturou 9.443,6 GWh para os clientes cativos, permissionárias e consumo próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2012, representando um crescimento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 5.349,3 GWh em 2012, apresentando um decréscimo de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Bandeirante apresentou um crescimento de 0,5% no mesmo período, totalizando 14.792,9 GWh.

| Receita Operacional Líquida | janeiro - dezembro | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Consumidores | | MWh | | R$ Mil | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| **Fornecimento** | | | | | | |
| Residencial | 1.458.722 | 1.415.879 | 3.374.935 | 3.260.568 | 1.158.093 | 1.102.266 |
| Industrial | 11.711 | 11.348 | 2.973.313 | 3.194.680 | 777.889 | 843.522 |
| Comercial | 110.378 | 97.927 | 2.025.909 | 1.847.221 | 612.181 | 562.079 |
| Rural | 8.072 | 8.124 | 84.183 | 83.595 | 18.767 | 18.471 |
| Outros (1) | 12.247 | 11.781 | 935.099 | 880.671 | 223.218 | 211.665 |
| (–) Transferência para TUSD - clientes cativos | | | | | (1.368.834) | (1.327.490) |
| Fornecimento não Faturado | | | | | 22.370 | 4.004 |
| Consumo próprio | 169 | 137 | 5.821 | 4.382 | | |
| **Total Fornecimento** | **1.601.299** | **1.545.196** | **9.399.260** | **9.271.117** | **1.443.684** | **1.414.517** |
| Suprimento | 2 | 2 | 44.376 | 42.024 | 2.402 | 2.083 |
| **Total Fornecimento e suprimento** | **1.601.301** | **1.545.198** | **9.443.636** | **9.313.141** | **1.446.086** | **1.416.600** |
| Disponibilização do Sistema de Distribuição | 140 | 98 | 5.349.317 | 5.412.538 | 1.757.608 | 1.723.222 |
| **Total Energia Distribuída** | **1.601.441** | **1.545.296** | **14.792.953** | **14.725.679** | **3.203.694** | **3.139.822** |
| Outras receitas operacionais (2) | | | | | 146.686 | 221.826 |
| Energia de curto prazo | | | 209.556 | 443.308 | 27.931 | 7.921 |
| (–) Deduções à receita operacional | | | | | (821.222) | (784.862) |
| **Receita Operacional Líquida** | **1.601.441** | **1.545.296** | **15.002.509** | **15.168.987** | **2.557.089** | **2.584.707** |

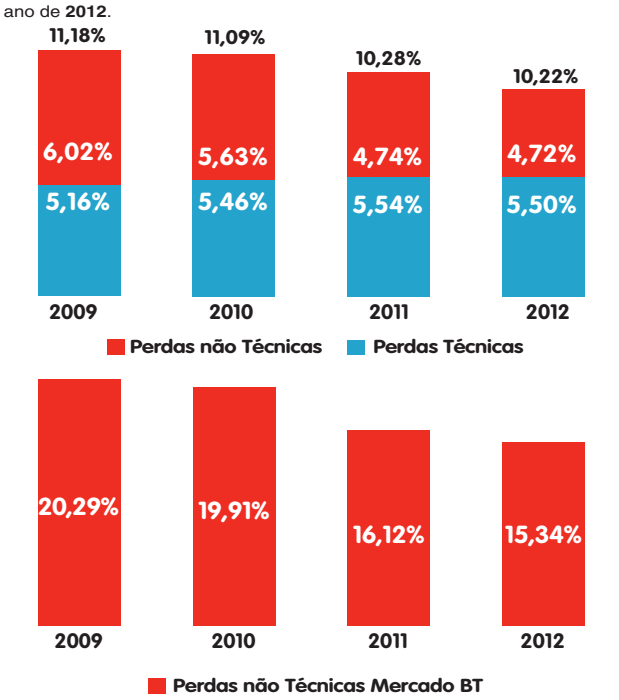
(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

(2) Considera as receitas de construção de R$ 96,8 milhões em 2012 e R$ 174,1 milhões em 2011

**6.4 Perdas Técnicas e Não Técnicas**

A ANEEL determina, para cada ciclo tarifário, o nível de perdas a ser admitido no sistema de distribuição da EDP Bandeirante. Essa determinação pode ser feita mediante a fixação de um valor único para todo o período tarifário ou pela definição de uma "trajetória" ou curva decrescente.

Para o período **2011/2012** esses valores foram estabelecidos em **4,90%** para as perdas técnicas e **14,63%** para as perdas não técnica (padrão). Vale lembrar que, para este último índice, o valor é calculado considerando a energia total das perdas não técnicas dividido pela energia total vendida no segmento de baixa tensão, resultando o valor de **15,34%** para o ano de **2012**.




**6.5 Combate às Perdas Não Técnicas**

No início de 2012 a EDP Bandeirante ainda não conhecia a trajetória de perdas referente ao 3º ciclo 2011-2015, em virtude do congelamento da revisão tarifária de outubro de 2011, sendo definida e divulgada pela ANEEL somente em outubro de 2012. Este fato exigiu a elaboração de um plano de combate às perdas não técnicas com ações que permitissem adequações para aderência à trajetória estipulada na revisão tarifária.

Dando continuidade à estratégia adotada de priorização de ações em grandes consumidores buscando a blindagem de 70% do faturamento foram implementadas ações de modernização do parque de telemetria de 100% dos clientes de média tensão, além da ampliação para mais 2.000 unidades consumidoras atendidas em baixa tensão.

Como parte do plano o recém-inaugurado Centro Integrado de Medição, que conta com uma equipe de especialistas responsáveis pela gestão das informações geradas, garantiu nesse período o tratamento de mais de 500 eventos de monitoramento, possibilitando a intervenção imediata e mitigação dos riscos de perdas. Para a perenidade do projeto foi prevista a instalação de telemedição a todos os novos clientes destas classes.

Para as demais classes de clientes, as principais ações foram a renovação do parque de medidores com a substituição de mais de 35 mil unidades, o plano de inspeções com cerca de 55 mil intervenções e a regularização de mais de 10 mil ligações clandestinas na área de concessão.

Para potencializar a eficácia das inspeções investiu-se na modernização dos equipamentos e instrumentos utilizados pelas equipes de campo e capacitação.

O conjunto de ações resultou no investimento total de R$ 13MM em CAPEX e R$ 9MM em OPEX.

## 7. ATIVIDADE COMERCIAL

**7.1 Relacionamento com o Cliente**

A EDP Bandeirante possui uma estrutura de atendimento segmentada em nível de tensão de fornecimento e classe de clientes, respectivamente classificadas em baixa, média e alta tensão e entidades da esfera pública e privada. A distribuidora oferece acesso aos canais de relacionamento Call Center, Agências de Atendimento Presencial, Agência Virtual na internet e atendimento exclusivo a clientes corporativos, empresariais, institucionais e poderes públicos.

A Central de Atendimento Telefônico (Call Center), em conformidade com as exigências regulatórias, conta com infraestrutura e parque tecnológico de ponta dedicado para melhor atender os clientes. Com estrutura para atendimentos de caráter emergencial e comercial e opção de atendimento humano e eletrônico, em 2012 foram atendidas 2.709 mil chamadas. Adicionalmente, na Agência Virtual, na internet, foram realizados 5.866 mil acessos, entre utilização de serviços e consultas. Nas 30 Agências de Atendimento Presencial, distribuídas em todos os municípios de atuação da concessionária, foram realizados 1.164 mil atendimentos; além disso, ainda há a disponibilização de 1.775 pontos de pagamento de fatura de energia elétrica, distribuídos em agentes lotéricos, bancos e correspondentes bancários.

As Entidades Municipais, Estaduais e Federais contam com uma estrutura exclusiva, com opções de atendimento telefônico, eletrônico e presencial. Ao Procon e demais órgãos de Defesa do Consumidor também é oferecida estrutura exclusiva de atendimento com um Call Center gratuito. Além disso, em 2012, como refinamento da segmentação dos clientes de média e alta tensão, foram criadas carteiras de clientes por ramo de atividade e promovida a gestão do conhecimento do negócio dos clientes pelos analistas de Grandes Clientes.

A Ouvidoria da EDP Bandeirante é responsável por acolher as reclamações, elogios, sugestões e críticas dos clientes com garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, além da atribuição de instância administrativa de recursos, bem como intermediária com os Órgãos Regulamentares ARSESP e ANEEL. Cabe ressaltar que em 2012 houve significativa redução no montante das reclamações críticas dos consumidores, na ordem de 53%, em decorrência do aperfeiçoamento nas práticas de gestão comercial e técnica.

A EDP Bandeirante, ainda em 2012, foi destaque no critério Clientes do PNQ - Prêmio Nacional da Qualidade, promovido pela FNQ - Fundação Nacional da Qualidade, que realiza anualmente um ciclo de avaliações que reconhece as organizações que praticam a excelência em gestão no Brasil.

**7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADEE**

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a EDP Bandeirante participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes. Em 2012, a EDP Bandeirante atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 85,9%, conferindo-lhe o reconhecimento em 1º lugar na categoria "Evolução do Desempenho", que congregou a avaliação do grau de melhoria dos indicadores de gestão operacional, gestão econômico-financeira, qualidade de gestão, responsabilidade social e a avaliação da Distribuidora feita pelos clientes que participaram da pesquisa promovida pela ABRADEE.

## 8. INVESTIMENTOS

Foram realizados a título de investimento em 2012 R$ 101,0 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados. Os juros capitalizados representam R$ 4,2 milhões do total.

| Investimento - R$ Mil | janeiro - dezembro | | |
|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | Variação R$ Mil |
| Expansão do Sistema Elétrico | 68.912 | 130.184 | (61.272) |
| Melhoramento da Rede | 44.558 | 48.831 | (4.273) |
| Universalização | 10.630 | 4.421 | 6.209 |
| Telecom., Informática e Outros | 30.872 | 26.686 | 4.186 |
| **Sub Total (1)** | **155.059** | **210.122** | **(55.063)** |
| Receitas de Ultrapassagem (2) | (42.845) | | **(42.845)** |
| (–) Obrigações Especiais (3) | (11.167) | (25.296) | 14.129 |
| **Investimento Líquido** | **101.043** | **184.826** | **(83.783)** |

(1) Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados

(2) Novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) que reduz a Receita Operacional e quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

(3) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos

**8.1 Expansão do Sistema Elétrico**

Para atendimento a demanda de mercado foram investidos R$ 68,9 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição, visando à ligação de novos clientes e à instalação de sistemas de medição. Vale destacar que, deste montante, R$ 27,4 milhões, foram destinados ao início das construções de novas subestações e linhas além da ampliação e recapacitação de ativos dessa natureza.

**8.2 Melhoramento da Rede**

Os investimentos em melhoramento de redes totalizaram R$ 44,5 milhões, que foram aplicados, principalmente, na substituição de equipamentos e medidores obsoletos, na substituição de redes em final de vida útil e em ações de combate às perdas não técnicas. Tais medidas propiciam a modernização do sistema elétrico, com melhoria de qualidade do fornecimento de energia elétrica e expressiva redução das perdas.

**8.3 Universalização**

Os investimentos na Universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica totalizaram R$ 10,6 milhões, que foram destinados à ligação, dos clientes da área urbana e rural com demanda inferior a 50 kW. Neste Programa, a EDP Bandeirante somou esforços, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua.

**8.4 Tecnologia da Informação**

Foram investidos o total de R$ 14,0 milhões, sendo que R$ 0,9 milhões refere-se às aquisições de Hardwares e Softwares, necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações, e que visa à otimização e organização dos processos da organização, reduzindo riscos de indisponibilidades e falhas por obsolescência, e R$ 13,1 milhões referentes aos projetos necessários para atender as Obrigações Legais e Órgãos Regulatórios. Os principais projetos investidos referem-se: à Atualização de nova versão técnica dos sistemas SAP ISU/CCS (Industry Solution Utilities/Customer Care Service) e SAP CRM (Customer Relationship Management), à adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS para atender a homologação das Resoluções ANEEL 472/2012 de 24 de janeiro de 2012, referente ao novo modelo de subvenção, Resolução ANEEL 479/2012 de 12 de abril de 2012, revisando alguns artigos da Resolução 414 e Resolução ANEEL 464/2012 de 22 de novembro de 2011, referente a estrutura tarifária e tarifa branca e novas bandeiras e à modernização do web site com implementação da "Agência Virtual" que integrou os serviços comerciais para atendimento online via internet, aperfeiçoando os processos relacionados ao atendimento de consumidores.

**8.5 Automação e Telecomunicações Operativas**

Os investimentos em Automação e Telecomunicações totalizaram R$ 5,2 milhões e destaca-se, entre as diversas ações, a continuidade de instalação dos acessos das subestações à Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade - RTDAC, interligando via rádio digital o COS (Centro de Operação Sistema) com 11 subestações reduzindo custos de aluguel de links. No Sistema PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia foram prosseguidas as implantações e integrações de microrremotas celulares nas Subestações para transporte de dados do sistema CAE (Centro de Análise de Engenharia) local, integrado a Base de Dados do Sistema PLATOE GRID. Para a melhoria contínua do processo operativo a rede de MT teve a incorporação de 11 novas Transferências Automáticas (TA's) de carga entre alimentadores telecomandados e telesupervisionados através do Sistema PLATOE/SCADA, totalizando 74 TA's. Desta forma mais de 35% dos clientes da EDP Bandeirante são beneficiados com essas transferências de cargas automáticas.

A implantação dos sistemas do ERAC - Esquema Regional de Alívio de Carga, em atendimento à resolução do ONS, foram finalizados nos 49 clientes de AT, onde foram instalados equipamentos para telesupervisionar os níveis de tensão, corrente, frequência, tensão do banco de baterias da subestação do cliente, bem como estados dos disjuntores. A migração dos sistemas instalados nas transmissoras para as distribuidoras serão executados até meados de 2013.

Em atendimento a publicação das normas regulamentares ditadas pelas resoluções 523 (15/12/2008), 558 (20/12/2008) e 528 (15/06/2011), da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL foi realizada a contratação da digitalização da rede de rádio UHF/VHF, para a substituição das repetidoras de Rádio para repetidoras digitais, sistemas irradiantes, cabos, conectores, antenas e substituição dos rádios VHF nas viaturas utilizando a tecnologia P25, provida de características técnicas para o atendimento de serviços de missão crítica, ampliando a área de cobertura e possibilitando a interoperabilidade entre os sistemas analógicos legados.

## 9. DESEMPENHO OPERACIONAL

**9.1 Indicadores de Performance**

Mesmo com o agravamento dos eventos climáticos no final do ano, conseguimos com a consolidação das práticas do ciclo anterior e uma maior sinergia entre as áreas e total empenho dos colaboradores, atingir resultados positivos.

Os indicadores de qualidade do serviço apresentaram uma melhoria no ano de 2012, atingindo valores inferiores aos limites estabelecidos pela ANEEL, tanto para o DEC quanto para o FEC.

| Indicador | Unidade | | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DEC | Horas | Real | 12,77 | 12,18 | 9,43 | 9,42 |
| | | Meta Aneel Regulatoria | 11,25 | 10,20 | 9,70 | 9,57 |
| FEC | Vezes | Real | 6,43 | 7,05 | 6,17 | 6,03 |
| | | Meta Aneel Regulatoria | 9,36 | 8,82 | 8,42 | 8,37 |

DEC = Duração Equivalente de Interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)

FEC = Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente (Interrupções - média cliente/ano)

**9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas**

| Descrição | 2012 | 2011 | Variação % |
|---|---|---|---|
| **Subestações** | | | |
| **Quantidade** | 62 | 63 | -1,6 |
| **Potência Instalada de Transformadores (MVA)** | 3.575 | 3.535 | 1,1 |
| **Redes de Distribuição - Própria (Km)** | **27.210** | **26.893** | **1,2** |
| AT (maior ou igual a 69 KV) | 901 | 884 | 1,9 |
| MT (entre 1 e menor a 69 KV) | 13.851 | 13.686 | 1,2 |
| BT (menor que 1 kV) | 12.458 | 12.323 | 1,1 |
| **Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)** | **60.189** | **58.252** | **3,3** |
| Urbano | 43.870 | 42.427 | 3,4 |
| Rural | 16.270 | 15.776 | 3,1 |
| Subterrâneo | 49 | 49 | 0,0 |
| **Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)** | **3.256** | **3.093** | **5,3** |
| Urbano | 2.822 | 2.684 | 5,1 |
| Rural | 407 | 383 | 6,3 |
| Subterrâneo | 27 | 26 | 3,8 |
| **Postes em Redes de Distribuição - Quantidade** | **533.674** | **527.637** | **1,1** |
| Urbano | 403.500 | 399.654 | 1,0 |
| Rural | 130.174 | 127.983 | 1,7 |
| **Iluminação Pública** | **354.412** | **346.893** | 2,2 |
| Lâmpadas - unidades (de propriedade da empresa) | 268.553 | 280.127 | -4,1 |
| Lâmpadas - unidades (de propriedade dos municípios) | 85.859 | 66.766 | 28,6 |

## 10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

**10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

Em 2012, foram encerrados 26 projetos de P&D, permanecendo assim 15 projetos em execução, com investimentos da ordem de R$ 7,79 milhões. A EDP Bandeirante destaca o projeto Inovcity Aparecida, o qual contempla a instalação de um sistema de medição inteligente completo na cidade de Aparecida/SP, que possibilitará uma real aplicação do conceito das redes inteligentes, criando um ambiente para a realização de testes de gerenciamento da rede, de modo a permitir a avaliação dos impactos sociais e econômicos desta tecnologia, em condições reais de utilização.

Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

**10.2 Eficiência Energética**

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes promovendo soluções inovadoras e sustentáveis, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Bandeirante, em 2012, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE. No ano de 2012 a EDP Bandeirante investiu R$ 16,7 milhões com os projetos "Boa Energia Solar" instalando no período equipamentos de aquecimento solar de alta eficiência em 1.117 unidades consumidoras, permitindo assim substituir os chuveiros elétricos existentes. Deu sequência ao projeto "Boa Energia na Comunidade", que visa aumentar a eficiência energética e regularizar as unidades consumidoras de baixa renda, no ano de 2012 incluiu a substituição de refrigeradores, chuveiros inteligentes e reforma completa das instalações elétricas internas. Por fim, realizou o projeto "Boa Energia nas Escolas" que levou conhecimento sobre o uso adequado e seguro da energia a 838 professores de 170 escolas da rede pública de ensino, atingindo um total de 61.250 alunos. Foi doado a cada escola material didático para utilização dos alunos e produzido uma unidade móvel de ensino "caminhão da boa energia" que visitou as escolas interagindo diretamente com os alunos através de experimentos científicos, jogos educativos, filme em 3D sobre os caminhos da energia e folder explicativo.

## 11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

| DRE - R$ Mil | janeiro - dezembro | | |
|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | Variação % |
| Receita Operacional Bruta | 3.378.311 | 3.369.569 | 0,3 |
| (–) Deduções à Receita Operacional | (821.222) | (784.862) | 4,6 |
| **(=) Receita Operacional Líquida** | **2.557.089** | **2.584.707** | **(1,1)** |
| **(–) Despesas Operacionais:** | **2.422.101** | **2.177.538** | 11,2 |
| **Gerenciáveis** | **493.361** | **624.187** | **(21,0)** |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 122.801 | 108.260 | 13,4 |
| Material | 11.838 | 12.598 | (6,0) |
| Serviços de terceiros | 135.054 | 142.107 | (5,0) |
| Depreciação e amortização | 82.101 | 74.194 | 10,7 |
| Provisão p/créd.liq.duvidosa/ perdas líquidas | 22.636 | 17.641 | 28,3 |
| Provisões para contingências | 5.573 | 32.934 | (83,1) |
| Aluguéis e arrendamentos | 4.179 | 3.105 | 34,6 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | 6.513 | 32.476 | (79,9) |
| Valor novo de reposição | (24.534) | – | – |
| Custo com construção da infraestrutura | 96.783 | 174.082 | (44,4) |
| Outras | 30.417 | 26.790 | 13,5 |
| **Não gerenciáveis** | **1.928.740** | **1.553.351** | 24,2 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 1.499.859 | 1.177.752 | 27,3 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 422.575 | 369.460 | 14,4 |
| Taxa de fiscalização | 6.306 | 6.139 | 2,7 |
| **EBITDA** | **217.089** | **481.363** | **(54,9)** |
| **Margem do EBITDA - %** | **8,8%** | **20,0%** | **-11,1 p.p.** |
| **(=) Resultado do Serviço** | **134.988** | **407.169** | **(66,8)** |
| **Margem do EBIT - %** | **5,5%** | **16,9%** | **-11,4 p.p.** |
| **Resultado financeiro** | **(22.389)** | **(88.016)** | **(74,6)** |
| **EBT** | **112.599** | **319.153** | **(64,7)** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **(31.631)** | **(96.252)** | **(67,1)** |
| **Resultado Líquido** | **80.968** | **222.901** | **(63,7)** |

As margens EBITDA e EBIT não consideram as receitas de construção

A Receita Operacional Líquida apresentou redução de 1,1% no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 2.557,1 milhões. A redução de R$ 27,6 milhões considera a variação negativa na receita de construção (R$ 77,3 milhões). Se desconsiderarmos a receita de construção, temos um crescimento na Receita Operacional Líquida de R$ 49,7 milhões, explicados principalmente por:

1) Aumento de R$ 86,0 milhões da receita bruta, em virtude dos seguintes fatores: i) crescimento nas receitas de fornecimento a clientes cativos (R$ 29,2 milhões); ii) crescimento nas receitas referentes a disponibilização do sistema de distribuição (R$ 34,4 milhões); iii) aumento da receita da energia de curto prazo (R$ 20,0 milhões).

2) Aumento das deduções da receita operacional em R$ 36,4 milhões. O principal fator deste aumento foi o crescimento dos encargos setoriais em R$ 22,4 milhões, que compreendem: i) aumento na CCC (Conta de Consumo de Combustível) em R$ 1,5 milhões; ii) aumento na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em R$ 14,6 milhões. RGR (Reserva Global de Reversão) e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) apresentam R$ 1,7 milhões de impacto negativo nas deduções da receita operacional.

As **Despesas Operacionais** totalizaram R$ 2.422,1 milhões no período de doze meses acumulado em 31 de dezembro de 2012, superiores em 11,2% às despesas verificadas no mesmo período do ano anterior.

As **despesas operacionais gerenciáveis** da EDP Bandeirante, que compreendem os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, reduziram R$ 130,8 milhões em 2012, o que correspondeu a um decréscimo de 21,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo os custos de construção que decrescem R$ 77,3 milhões, a variação de R$ 53,5 milhões menor em 2012 das despesas gerenciáveis devem-se ao impacto de maior custo em 2011 no valor de R$ 25,1 milhões referente provisões para contingências em razão do processo da White Martins S.A e crédito contábil não recorrente em 2012 devido à atualização de Valor Novo de Reposição de Ativos de Distribuição no valor de R$ 24,5 milhões.

As **despesas operacionais não gerenciáveis** que correspondem aos custos com energia comprada para revenda, encargos setoriais de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram em 31 de dezembro de 2012 o montante de R$ 1.928,7 milhões, superiores em 24,2% em relação às praticadas no mesmo período do ano anterior. Tal fato é decorrente principalmente ao aumento do custo de energia elétrica comprada para revenda em 2012 de R$ 1.499,8 milhões, 27,3% superior ao comparado de R$ 1.177,7 milhões em 2011 em decorrência de: (i) início de suprimento de energia de dois novos produtos em 2012, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado. A entrada desses produtos representa um aumento de 520 GWh na Bandeirante; (ii) acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA e IGPM; (iii) acréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2012, devido ao aumento de 17% no dólar do período e (iv) O PLD permaneceu num patamar elevado, alcançando a média de R$ 166,69/MWh ao longo de 2012, contra a média de R$ 29,42/MWh em 2011, refletindo em maior despacho das usinas térmicas no período. O PLD é formado por um modelo estatístico definido pelo ONS com o objetivo de otimizar a exploração das usinas no Brasil, influenciado pelo nível dos reservatórios de água no país e pela expectativa hidrológica de curto prazo. Quando o PLD atinge um valor acima do custo variável de geração térmica, as térmicas passam a ser despachadas com o objetivo de manter o equilíbrio do sistema.

Em 2012, a conta de encargos de uso e conexão apresentou saldo de R$ 422,6 milhões, 14,4% acima do apresentado em 2011 devido do reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, além do acréscimo nas distribuidoras proveniente dos encargos de energia de reserva em função de início de suprimento de energia elétrica proveniente de fonte eólica, objeto do 2º Leilão de Energia de Reserva, com o início do suprimento em julho de 2012 e do aumento do encargo de segurança energética devido ao despacho de usinas térmicas por segurança do sistema.

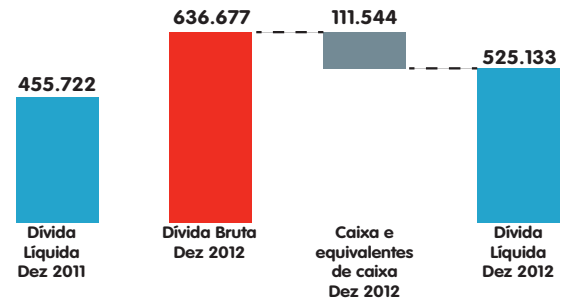
A variação de 2,7% na taxa de fiscalização é decorrente do reajuste no valor do encargo realizado pelo regulador.

O **Resultado do Serviço de Energia Elétrica** (**EBIT**) totalizou R$ 135,0 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2012, inferior em 66,8% ao mesmo resultado no período findo em 31 de dezembro de 2011, em virtude dos mesmos efeitos citados anteriormente. A margem líquida em 31 de dezembro de 2012, desconsiderando o efeito da receita de construção na receita líquida, foi 5,5% enquanto no mesmo período de 2011 foi 16,9%. O EBITDA do período foi R$ 217,1 milhões, inferior em 54,9% ao EBITDA obtido no mesmo período do ano anterior. A margem do EBITDA em 2012, desconsiderando o efeito da receita de construção na receita líquida, foi 8,8% enquanto em 2011 foi de 20,0%.

O **Resultado Financeiro** do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 foi R$ 22,4 milhões negativos, superiores em R$ 65,6 milhões comparado ao resultado financeiro de R$ 88,0 milhões negativos de 2011, principalmente pelo impacto da despesa não recorrente em função da atualização monetária do passivo relacionando ao litígio com a empresa White Martins S.A que afetou o resultado do ano anterior.

Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Bandeirante apresentou um **Lucro Líquido** de R$ 80,9 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, inferior em 63,7% ao registrado em igual período do ano anterior.

**11.1 Endividamento**




Em 31 de dezembro de 2012, a EDP Bandeirante apresentou um endividamento líquido de R$ 525,1 milhões, fechando o quarto trimestre do ano de 2012 em 15,2% superior ao saldo de dezembro de 2011.

A dívida bruta da EDP Bandeirante em 31 de dezembro de 2012 foi de R$ 636,7 milhões e é composta da seguinte forma: R$ 405,7 milhões de debêntures, R$ 207,1 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES, BID e outras instituições financeiras) e R$ 23,8 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás. Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida representou 0,67 vezes o Patrimônio Líquido da companhia (0,58 vezes em 31 de dezembro de 2011).

## 12. GESTÃO DE PESSOAS

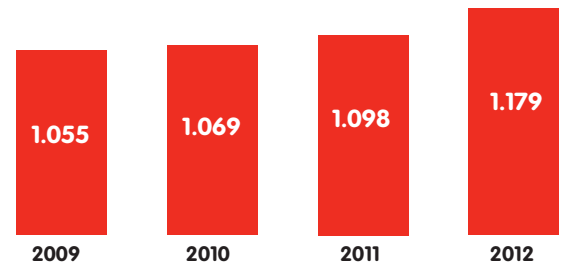
Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Bandeirante, durante o ano de 2012 foi dado sequência ao Programa de Desenvolvimento da Liderança, como parte da estrutura da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP. A Escola de Diretivos tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências de Gestão e Liderança do Grupo EDP. Ao mesmo tempo, tem função de acompanhar o potencial que temos no grupo, preparando líderes, gerindo sucessão e facilitando a mobilidade funcional e geográfica. O Programa é composto por 5 Pilares importantes para o Grupo: Estratégia, Liderança, Comunicação, Negociação e Inovabilidade. Cada Pilar possui treinamentos obrigatórios e optativos, dependendo do público alvo de cada iniciativa. Com objetivo de garantir a cultura organizacional da EDP, o programa de integração para novos colaboradores transmite informações sobre a cultura, o Código de Ética, direitos e benefícios concedidos pela Empresa.

No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: parcerias com academias, participação no JOIS/SESI, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, Conte Comigo com apoio psicossocial, orientação financeira e jurídica, entre outros. Asseguramos nossa estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, revisamos nossa Política de Cargos e Salários e aplicamos nossa política de mérito.

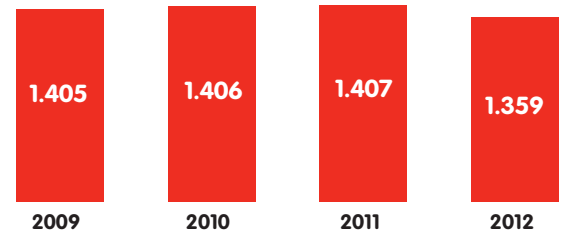
**12.1 Força de Trabalho**

O quadro de pessoal próprio da EDP Bandeirante, ao final de 2012, foi de 1.179 colaboradores, 4 colaboradores da alta direção em regime estatutário e 1 conselheiro totalizando 1.184. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.359 perante a 1.407 apresentado em 2011, devido a primarizações feitas pela empresa.

**Número de Colaboradores**




**Índice de Produtividade**




**12.2 Programa de Benefícios**

A EDP Bandeirante dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

**12.3 Capacitação e Desenvolvimento**

Investimentos na ordem de R$ 0,79 milhões foram realizados pela Companhia em capacitação, desenvolvimento, atualização dos colaboradores, correspondendo a uma média de 95 horas por colaborador. No decorrer do ano, 56 colaboradores foram contemplados com o Programa de Incentivo à Educação Formal, programa realizado desde 2001 que disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao auto desenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

**12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão**

Foi implantada a segunda etapa do sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de sua carreira na EDP. Foram preenchidas 229 vagas, das quais 17% foram por recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas ON TOP (programa de estágio) com aproveitamento de 23% dos estagiários e Energizing Development Program (programa interno de trainees).

**12.5 Segurança no Trabalho**

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Bandeirante a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional. (ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual. No ano de 2012 as taxas de frequência e gravidade da EDP Bandeirante foram de 2,56 e 85 respectivamente, ao mesmo tempo que as prestadoras de serviços, registraram taxas de frequência e gravidade de 2,12 e 100 respectivamente, e foram realizadas 284 abordagens de segurança, e 240 inspeções.

A manutenção da certificação OHSAS (Occupational Health and Safety Assessment Series) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação de Estações foi realizada no mês de Novembro de 2012. Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis é o princípio orientador em se tratando de saúde. Assim, além de exames periódicos, check up's (abrangem executivos e carreira y), visitas técnicas, monitoramentos de dislipidemias, foram realizadas, em 2012, campanhas de vacinação antigripal, combate ao fumo, prevenção a DST, doação de sangue, além de disseminação frequente de boletins relacionados a saúde.

**12.6 Compromisso com a Sociedade**

Visando o compromisso com a comunidade em que está inserida, a Bandeirante em parceria com o SENAI criou a Escola de Eletricistas, onde o objetivo é a qualificação de trabalhadores desempregados, através do curso de Construção e Manutenção de Rede de Distribuição Aérea, possibilitando aos participantes uma certificação sólida, com maiores chances de ingressar ao mercado de trabalho. Em 2012 foram realizadas 3 escolas, formando 36 profissionais, dentre os quais 100% foram absorvidos pela própria empresa e hoje fazem parte do quadro de funcionários. Com esta iniciativa a Bandeirante recebeu o prêmio Vida Profissional Sodexo na categoria Educação, Treinamento e Desenvolvimento.

## 13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

**13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa**

Os novos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, revistos em 2012, e as orientações das Políticas Corporativas continuaram a nortear a atuação da EDP Bandeirante. As iniciativas visaram a criação de valor e o equilíbrio das relações com colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais. Exemplo dessa integração é o projeto InovCity pela transversalidade dos seus programas que beneficiam o meio ambiente - através dos programas de mobilidade elétrica, iluminação pública com LED, programas de eficiência energética -, e a sociedade - por meio das iniciativas de melhoria do atendimento ao cliente, medição inteligente e os projetos sociais e educacionais promovidos pelo Instituto EDP.

Em 2012 os investimentos socioculturais realizados pela Companhia atingiram o valor de R$ 2,9 milhões, beneficiando mais de 42 mil pessoas. O programa "EDP Solidária" apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 8 mil pessoas. Com o programa "EDP Cultura", fomentou-se a inclusão social através da seleção, por meio de edital, de projetos com ênfase na capacitação de jovens e crianças para valorização, resgate e disseminação da cultura local, como os projetos "Colorindo minha cidade", "Ritos de Rios e Ruas" e o "Teatro a Bordo". Com o Prêmio "EDP nas Artes" foram capacitados e valorizados jovens artistas plásticos de todo Brasil. Já o Programa "EDP nas Escolas" beneficiou, com a entrega de kits escolares, teatro nas escolas, melhorias do ambiente escolar e concursos culturais, mais de 5 mil alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. O "Programa de Voluntariado da EDP", com participação dos colaboradores da EDP Bandeirante, promoveu diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de 2.000 pessoas atendidas por organizações sociais. Destaque para os projetos "Desafio do Bem", "Parte de Nós Florestas" e "Parte de Nós Natal". Esta atuação da EDP Bandeirante, que promove a excelência em responsabilidade social corporativa, contribuiu para manter o reconhecimento pelo sétimo ano consecutivo do Grupo EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) e a renovação do título "Empresa Amiga da Criança".

**13.2 Meio ambiente**

Em 2012 destaca-se a participação da equipe especializada de meio ambiente da EDP Bandeirante no acompanhamento técnico das obras de construção da Linha de Transmissão de Itapeti São José para avaliar e minimizar o respectivo impacto nos recursos naturais e nas populações de entorno. A construção desta nova linha utilizou um novo método de desenvolvimento que permitiu uma redução da supressão de vegetação de 20ha para 2,5ha. Esse novo método tornou-se padrão para o Órgão Ambiental Paulista (Cetesb), tendo sido incorporado como condicionante para demais projetos dessa natureza.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Paralelamente, a EDP Bandeirante mantém as suas atividades de manutenção do sistema de gestão ambiental, assegurando a recertificação de três sub-estações em 2012 pela norma internacional ISO 14.001, o correto gerenciamento dos resíduos gerados, a manutenção dos níveis de ruídos das instalações em valores aceitáveis através das campanhas anuais de monitoramento, entre outras.

Outro destaque de 2012 foi a implementação do Projeto de Compensação de Gás Carbônico ($CO_2$) que envolveu o plantio de mudas com o objetivo de neutralizar as emissões de CO2 decorrentes do deslocamento dos veículos da empresa movidos a diesel.

Estas atividades culminaram num total de R$ 4,26 milhões de investimentos e gastos de natureza ambiental.

### 14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2012, a EDP Bandeirante foi reconhecida em atividades que desenvolveu, atestando a qualidade de sua gestão empresarial. Destacam-se:

Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) - a EDP Bandeirante foi destaque no Prêmio Nacional da Qualidade no critério Clientes, por atender os requisitos estabelecidos pelo Modelo de Excelência da Gestão (MEG). Ganhou evidência a prática de segmentação de clientes, o plano anual de comunicação e os canais de relacionamento com cliente.

A EDP Bandeirante recebeu a premiação de "Evolução do Desempenho", promovido pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Esta categoria do Prêmio ABRADEE avalia a evolução de 5 critérios (Gestão Operacional, Satisfação do Cliente, Gestão Econômico-Financeira, Qualidade de Gestão e Responsabilidade Social) comparativamente com os resultados dos últimos 3 anos. Significa que a EDP Bandeirante foi a empresa do setor de distribuição elétrica no Brasil, que registrou melhor evolução na avaliação global destes 5 critérios, em 2011.

A EDP Bandeirante renovou o selo Empresa Amiga da Criança 2011, promovido pela Fundação Abrinq.

A EDP Bandeirante manteve certificados os processos: tratamento das reclamações (ISO 9001:2008); coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais (ISO 9001:2008); elaboração, execução, medição e verificação do Programa de Eficiência Energética (ISO 9001:2008); e o processo de Operação e Manutenção de Subestações de 88/138 kV (ISO 14001/OHSAS 18001).

### 15. BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

| 1 - Base de Cálculo | 2012 Valor (Mil reais) | | | 2011 Valor (Mil reais) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida (RL) | | | 2.557.089 | | | 2.584.707 |
| Resultado operacional (RO) | | | 112.599 | | | 319.153 |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | | | 100.073 | | | 95.714 |
| **2 - Indicadores Sociais Internos** | **(Valor mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** |
| Alimentação | 11.988 | 11,98% | 0,47% | 10.598 | 11,07% | 0,44% |
| Encargos sociais compulsórios | 28.216 | 28,20% | 1,10% | 25.689 | 26,84% | 1,07% |
| Previdência privada | 3.344 | 3,34% | 0,13% | 2.854 | 2,98% | 0,12% |
| Saúde | 10.855 | 10,85% | 0,42% | 9.490 | 9,92% | 0,39% |
| Segurança e saúde no trabalho | – | 0,00% | 0,00% | 394 | 0,41% | 0,02% |
| Educação | 298 | 0,30% | 0,01% | 229 | 0,24% | 0,01% |
| Cultura | – | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 1.610 | 1,61% | 0,06% | 1.311 | 1,37% | 0,05% |
| Creches ou auxílio-creche | 304 | 0,30% | 0,01% | 235 | 0,25% | 0,01% |
| Participação nos lucros ou resultados | – | 0,00% | 0,00% | 6.816 | 7,12% | 0,28% |
| Programa de Desligamento Voluntário - PDV | – | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 1.516 | 1,51% | 0,06% | 1.495 | 1,56% | 0,06% |
| **Total - Indicadores sociais internos** | **58.131** | **58,09%** | **2,27%** | **59.111** | **61,76%** | **2,45%** |
| **3 - Indicadores Sociais Externos** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Educação | 441 | 0,39% | 0,02% | 635 | 0,20% | 0,03% |
| Cultura | 1.458 | 0,12% | 0,01% | 898 | 0,28% | 0,04% |
| Saúde e saneamento | 110 | 0,10% | 0,00% | 40 | 0,01% | 0,00% |
| Esporte | 931 | 0,03% | 0,00% | 175 | 0,05% | 0,01% |
| Combate à fome e segurança alimentar | – | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 104 | 0,09% | 0,00% | 50 | 0,02% | 0,00% |
| **Total das contribuições para a sociedade** | **3.044** | **0,73%** | **0,03%** | **1.798** | **0,56%** | **0,07%** |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 1.736.480 | 1542,18% | 67,91% | 1.727.895 | 541,40% | 71,68% |
| **Total - Indicadores sociais externos** | **1.739.524** | **1542,91%** | **67,94%** | **1.729.693** | **541,96%** | **71,75%** |
| **4 - Indicadores Ambientais** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | 4.260 | 3,78% | 0,17% | 4.989 | 1,56% | 0,21% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | – | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| **Total dos investimentos em meio ambiente** | **4.260** | **3,78%** | **0,17%** | **4.989** | **1,56%** | **0,21%** |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | (x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% | | | (x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% | | |
| **5 - Indicadores do Corpo Funcional** | **2012** | | | **2011** | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 1181 | | | 1102 | | |
| Nº de admissões durante o período | 198 | | | 180 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 1898 | | | 1660 | | |
| Nº de estagiários(as) | 31 | | | 58 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 238 | | | 270 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 220 | | | 232 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 19,0% | | | 17% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa (1) | 116 | | | 119 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 2,4% | | | 1% | | |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais | 35 | | | 39 | | |

| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2012 | | | Meta 2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (2) | 38,79 | | | 38,79 | | |
| Número total de acidentes de trabalho (3) | 44 | | | 0 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | ( ) direção | (x) direção e gerências | ( ) todos (as) empregados(as) | ( ) direção | (x) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (x) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) todos(as) + Cipa | (x) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | ( ) não se envolve | (x) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT | ( ) não se envolverá | (x) seguirá as normas da OIT | ( ) incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | (x) são exigidos | ( ) não serão considerados | ( ) serão sugeridos | (x) serão exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | ( ) não se envolve | ( ) apóia | (x) organiza e incentiva | ( ) não se envolverá | ( ) apoiará | (x) organizará e incentivará |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça) | 33.397 | 1.664 | 3.742 | 0 | 0 | N/A |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | 97% | 100% | 51% | 0% | 0% | 0% |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R$): | Em 2012: 1.841.091,00 | | | Em 2011: 2.232.153 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 86% governo 5% colaboradores(as) 2% acionistas 5% terceiros 2% retido | | | 78% governo 4% colaboradores(as) 2% acionistas 8% terceiros 8% retido | | |

### 7 - Outras Informações

(1) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

(2) Para este indicador não foi considerado o salário do Presidente pois apesar da remuneração ser paga pelo Brasil, a decisão sobre os valores é realizada em Portugal. Já os Conselheiros, não foram considerados por não comporem o headcount do Grupo.

(3) Este número inclui os acidentes com e sem afastamento, envolvendo funcionários próprios e terceiros.

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

### 16. AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em dezembro de 2011, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras anuais, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias.

A Deloitte iniciou a prestação de serviços em março de 2012. Adicionalmente em 2012, foram prestados serviços não relacionados a auditoria, referentes a procedimentos previamente acordados para atendimento ao Órgão Regulador no valor de R$ 0,07 milhões que ultrapassaram 5% do valor do contrato de prestação de serviços de auditoria.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

### 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012.

### 18. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Bandeirante registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento dos objetivos da EDP Bandeirante.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

| (Em milhares de reais) | Nota | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | |
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 111.544 | 191.654 |
| Consumidores e concessionárias | 5 | 601.889 | 453.640 |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 97.361 | 232.456 |
| Estoques | | 15.648 | 21.174 |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | 327 | 149 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 133 | 1.050 |
| Outros créditos | 10 | 68.893 | 81.550 |
| | | **895.795** | **981.673** |
| **Não circulante** | | | |
| Ativo financeiro indenizável | 11 | 238.834 | 188.432 |
| Consumidores e concessionárias | 5 | 31.363 | 52.943 |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 32.797 | 21.317 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7 | 209.777 | 210.213 |
| Partes relacionadas | 8 | 1.033 | 1.421 |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | 70.341 | 63.885 |
| Outros créditos | 10 | 24.750 | 25.484 |
| | | **608.895** | **563.695** |
| Propriedades para investimentos | 12 | 3.053 | 3.053 |
| Imobilizado | 13 | 112 | 136 |
| Intangível | 14 | 1.003.756 | 1.028.981 |
| | | **1.006.921** | **1.032.170** |
| **Total do ativo** | | **2.511.611** | **2.577.538** |

| | Nota | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 15 | 448.325 | 325.473 |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 151.695 | 246.766 |
| Dividendos | 22.2 | 34.819 | 48.907 |
| Debêntures | 16 | 16.545 | 24.825 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17 | 60.508 | 62.041 |
| Benefícios pós-emprego | 18 | 16.076 | 18.317 |
| Obrigações estimadas com pessoal | 19 | 22.661 | 21.864 |
| Encargos regulamentares e setoriais | 20 | 85.484 | 130.916 |
| Provisões | 21 | 6.404 | 6.900 |
| Outras contas a pagar | 10 | 47.852 | 80.523 |
| | | **890.369** | **966.532** |
| **Não circulante** | | | |
| Impostos e contribuições sociais | 6 | 25.846 | 40.713 |
| Debêntures | 16 | 389.195 | 388.550 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 170.429 | 171.960 |
| Benefícios pós-emprego | 18 | 145.230 | 82.718 |
| Partes relacionadas | 8 | 3.714 | 856 |
| Encargos regulamentares e setoriais | 20 | 6.988 | 885 |
| Provisões | 21 | 68.675 | 80.685 |
| Reserva para reversão e amortização | 2.2.p | 17.248 | 17.248 |
| Outras contas a pagar | 10 | 14.628 | 36.023 |
| | | **841.953** | **819.638** |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 22.1 | 254.628 | 254.628 |
| Reservas de capital | 22.3 | 334.728 | 334.728 |
| Reservas de lucros | 22.3 | 189.933 | 202.012 |
| | | **779.289** | **791.368** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **2.511.611** | **2.577.538** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

| (Em milhares de reais) | Capital social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 1º de janeiro de 2011** | **254.628** | **334.728** | **230.915** | **–** | | **820.271** |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 05/04/2011 | | | (201.990) | | | (201.990) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 222.901 | 222.901 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 1.536 | | (1.536) | – |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | | (42.892) | (42.892) |
| Dividendo adicional aprovado | | | | | (12.449) | (12.449) |
| Dividendo adicional proposto | | | 166.024 | | (166.024) | – |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego | | | | 8.374 | | 8.374 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | (2.847) | | (2.847) |
| Transferência para reserva de lucros | | | 5.527 | (5.527) | | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2011** | **254.628** | **334.728** | **202.012** | **–** | **–** | **791.368** |
| Reversão de dividendos - AGO de 19/12/2012 | | | 161.181 | | | 161.181 |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012 | | | (166.024) | | | (166.024) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 80.968 | 80.968 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | | (40.963) | (40.963) |
| Reserva de retenção de lucros | | | 40.005 | | (40.005) | – |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego | | | | (71.578) | | (71.578) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | 24.337 | | 24.337 |
| Transferência para reserva de lucros | | | (47.241) | 47.241 | | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2012** | **254.628** | **334.728** | **189.933** | **–** | **–** | **779.289** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | 2012 | 2011 Reclassificado |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 112.599 | 319.153 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | 22.636 | 17.641 |
| Ativo financeiro indenizável - baixa | (371) | 4.764 |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | (24.534) | |
| Depreciações e amortizações | 82.101 | 74.194 |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados | 14.302 | 17.194 |
| Fornecedores - atualização monetária - Energia livre | 2.502 | 3.067 |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 54.072 | 64.916 |
| Provisão (reversão) para plano de benefícios pós-emprego | 4.353 | 6.797 |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas | 19.075 | 91.754 |
| Ajuste a valor presente | 4.508 | (2.543) |
| Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária | 17.831 | 19.346 |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária | (2.599) | (8.862) |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária | 3.132 | 8.987 |
| Outros | 9.385 | 52 |
| | **318.992** | **616.460** |
| **(Aumento) diminuição de ativos operacionais** | | |
| Consumidores e concessionárias | (174.892) | (42.817) |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis | 24.585 | 57.904 |
| Estoques | (3.859) | (5.789) |
| Cauções e depósitos vinculados | (4.035) | (5.084) |
| Despesas pagas antecipadamente | 917 | 47 |
| Outros ativos operacionais | (21.131) | (1.939) |
| | **(178.415)** | **2.322** |
| **Aumento (diminuição) de passivos operacionais** | | |
| Fornecedores | 120.350 | 19.777 |
| Outros tributos e contribuições sociais | (21.378) | (32.617) |
| Benefícios pós-emprego | (15.660) | (17.498) |
| Obrigações estimadas com pessoal | 797 | 944 |
| Encargos regulamentares e setoriais | (16.339) | 7.330 |
| Provisões | (31.608) | (14.080) |
| Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27 | (74) | (25.108) |
| Outros passivos operacionais | (10.918) | 583 |
| | **25.170** | **(60.669)** |
| **Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais** | **165.747** | **558.113** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (23.242) | (129.974) |
| **Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais** | **142.505** | **428.139** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Adições ao Imobilizado e Intangível | (96.783) | (174.082) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento** | **(96.783)** | **(174.082)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Partes relacionadas | 3.246 | 383 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | (53.750) | (263.604) |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | 49.889 | 61.707 |
| Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures | (61.272) | (141.178) |
| Encargos de dívidas líquido de derivativos | (63.945) | (83.797) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento** | **(125.832)** | **(426.489)** |
| **(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **(80.110)** | **(172.432)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 111.544 | 191.654 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 191.654 | 364.086 |
| | **(80.110)** | **(172.432)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | Nota | 2012 | 2011 Reclassificado |
|---|---|---|---|
| **Receitas** | 23 | **2.557.089** | **2.584.707** |
| **Custo do serviço de energia elétrica** | | | |
| **Custo com energia elétrica** | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (1.499.859) | (1.177.752) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (422.575) | (369.460) |
| | 24 | **(1.922.434)** | **(1.547.212)** |
| **Custo de operação** | | | |
| Pessoal | | (84.594) | (73.577) |
| Materiais e serviços de terceiros | | (93.432) | (97.011) |
| Depreciações e amortizações | | (72.921) | (65.235) |
| Outros custos de operação | | (2.121) | (17.407) |
| | 24 | **(253.068)** | **(253.230)** |
| | | **(2.175.502)** | **(1.800.442)** |
| **Custo do serviço prestado a terceiros** | 24 | **(100.541)** | **(177.012)** |
| **Lucro bruto** | | **281.046** | **607.253** |
| **Despesas e Receitas operacionais** | | | |
| Despesas com vendas | | (22.636) | (18.014) |
| Despesas gerais e administrativas | | (110.999) | (101.511) |
| Depreciações e amortizações | | (9.180) | (8.959) |
| Outras despesas e receitas operacionais | | (3.243) | (71.600) |
| | 24 | **(146.058)** | **(200.084)** |
| **Resultado antes do Resultado financeiro e tributos** | | **134.988** | **407.169** |
| Receitas financeiras | | 71.146 | 81.977 |
| Despesas financeiras | | (93.535) | (169.993) |
| **Resultado financeiro** | 25 | **(22.389)** | **(88.016)** |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | | **112.599** | **319.153** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | (6.858) | (100.196) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (24.773) | 3.944 |
| | 26 | **(31.631)** | **(96.252)** |
| **Resultado líquido do exercício** | | **80.968** | **222.901** |
| Atribuível aos acionistas controladores | | 80.968 | 222.901 |
| **Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores** | 27 | | |
| Resultado básico por ação (Reais/ação) ON | | 0,00207 | 0,00570 |
| Resultado diluído por ação (Reais/ação) ON | | 0,00207 | 0,00570 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Resultado líquido do exercício | 80.968 | 222.901 |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego | (71.578) | 8.374 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 24.337 | (2.847) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **33.727** | **228.428** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | 2012 | 2011 Reclassificado |
|---|---|---|
| **Geração do valor adicionado** | **4.285.426** | **4.215.758** |
| Receita operacional | 4.170.238 | 4.048.371 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | (22.636) | (17.641) |
| Receita de construção | 96.783 | 174.082 |
| Outras receitas | 41.041 | 10.946 |
| **(–) Insumos adquiridos de terceiros** | **(2.428.989)** | **(2.137.865)** |
| Custos da energia comprada | (1.651.943) | (1.297.287) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (464.600) | (406.195) |
| Materiais | (12.473) | (12.821) |
| Serviços de terceiros | (137.050) | (142.834) |
| Custo com construção da infraestrutura | (96.783) | (174.082) |
| Outros custos operacionais | (66.140) | (104.646) |
| **Valor adicionado bruto** | **1.856.437** | **2.077.893** |
| **Retenções** | | |
| Depreciações e amortizações | (86.492) | (89.263) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | **1.769.945** | **1.988.630** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Receitas financeiras | 71.146 | 81.977 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **1.841.091** | **2.070.607** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 70.563 | 61.544 |
| Benefícios | 24.663 | 21.754 |
| FGTS | 8.996 | 7.125 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 661.020 | 715.457 |
| Estaduais | 889.279 | 854.167 |
| Municipais | 3.554 | 3.750 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 97.795 | 180.736 |
| Aluguéis | 4.253 | 3.173 |
| Remuneração de capital próprio | | |
| Juros sobre capital próprio | 40.963 | 42.892 |
| Dividendos | | 12.449 |
| | **1.801.086** | **1.903.047** |
| Lucros retidos | 40.005 | 167.560 |
| | **1.841.091** | **2.070.607** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**

Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou Bandeirante), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A. (EDP Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo-SP, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/98 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pelo prazo de 30 anos,válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela ANEEL.

As principais obrigações estabelecidas às partes pelo contrato de concessão são como seguem:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

**2 Base de preparação e Práticas contábeis**

**2.1 Base de preparação**

**2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

**2.1.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.2 Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

**b) Contas a receber**

**• Consumidores e concessionárias (Nota 5)**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 25);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

**• Ativo financeiro indenizável (Nota 11)**

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor novo de reposição - VNR, conforme critério estabelecido em regulamento do Poder Concedente no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

**c) Estoques**

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

**d) Propriedades para investimentos (Nota 12)**

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufere uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

**e) Imobilizado (Nota 13)**

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

**f) Intangível (Nota 14)**

O intangível compreende:

• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

• Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrentes da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo concessão da Companhia.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intagível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

**g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**h) Redução ao valor recuperável**

**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

**i) Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**j) Fornecedores (Nota 15)**

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

**k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 16 e 17)**

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

**l) Provisões (Nota 21)**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)**

O Imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A Contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O Imposto de renda e Contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

**o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)**

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600/09. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

**p) Reserva para reversão e amortização**

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

**q) Capital social (Nota 22.1)**

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**r) Dividendos**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**s) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao exercício decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge,* que são reconhecidos no resultado.

**t) Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de demonstrações financeiras; Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e Planos de benefícios pós-emprego.

**u) Instrumentos financeiros (Nota 28)**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou um passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento incial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

**v) Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**w) Contratos de concessão**

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, com alterações posteriores. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01 (R1), a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado:

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual está registrado a valor justo com base no Valor novo de reposição - VNR.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

**x) Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

**y) Contratos de arrendamentos**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

**z) Resultado por ação (Nota 27)**

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n º 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico por ação e o resultado por ação diluído.

**2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)**

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

**Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 01 de janeiro de 2013**

**CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)**

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são relacionados ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado.

**CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia**

**CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11)**

A revisão desse pronunciamento não altera a essência da versão original. Foram realizadas apenas algumas compatibilizações de texto no sentido de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS.

**CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)**

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)**

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

**ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12)**

As principais mudanças são no sentido de dar clareza aos itens da Interpretação bem como renomeação de alguns subtítulos. Os parágrafos 28 a 30 que tratavam de Apresentação e divulgação foram excluídos da ICPC 01 e adicionados na ICPC 17, nos parágrafos 6 e 7. A revisão da ICPC 01 e a emissão da ICPC 17 contemplam as alterações feitas pelo próprio IASB, incluindo algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção das ICPCs é produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRIC 12 e da SIC 29. A revisão feita não trouxe alterações significativas.

**ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos**

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

**2.4 Reclassificações do exercício de 2011**

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

**2.4.1 Balanço Patrimonial**

De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuarias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R$26.492 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

**2.4.2 Demonstração do Resultado**

**Receita e Despesa de construção:** De acordo com o CPC 17, o valor de R$174.082 desta natureza antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção (Nota 23) e Custo com construção da infraestrutura (Nota 24).

**2.4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa**

Adição do efeito de R$10.743 referente a capitalização de encargos antes apresentado em adições ao imobilizado e intangível, na atividade de investimento, e em encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures na atividade operacional, por não representar efetiva saída de caixa.

R$14.268 refere-se aos encargos de P&D (MME e FNDCT) que foram reclassificados de Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária no ajuste do Lucro, para Encargos regulamentares e setoriais na variação dos passivos operacionais.

**2.4.4 Demonstração do Valor Adicionado**

De acordo com o CPC 17 a receita e a despesa de construção, no valor de R$174.082 antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção e Custo com construção da infraestrutura.

Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R$157.220 (R$119.535 referente a Custos da energia comprada, R$36.735 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R$223 referente a Materiais e R$727 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R$15.069, para a rubrica de Distribuição do valor adicionado (R$172.357 para a rubrica de Impostos Federais e (R$68) da rubrica de Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R$172.289.

Reclassificação de R$10.743 referente aos Juros capitalizados ao Imobilizado, anteriormente apresentado líquido em Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros para Outras receitas em Geração ao valor adicionado.

## 3 Eventos do exercício

**3.1 Revisão tarifária 2011**

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.365/12, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP.

O reposicionamento tarifário é de -1,85%, sendo -2,22% relativo ao reposicionamento econômico e 0,37% referente aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos anteriores a outubro de 2011, o efeito médio aos consumidores cativos é de -2,25%, sendo -0,79% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e -3,64% o efeito médio para os consumidores baixa tensão.

No processo de revisão tarifária periódica, que se dá a cada quatro anos na Companhia, a ANEEL recalcula os parâmetros dos custos gerenciados pela Companhia (Parcela B) que incluem os custos operacionais, avalia os investimentos realizados (Base de Remuneração Regulatória - BRR) e a remuneração do capital. Os custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transporte de energia e encargos setoriais, a exemplo da Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e taxa de fiscalização, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros, são considerados tomando-se por base a variação de preços nos doze meses imediatamente anteriores.

O Fator X, a partir deste ciclo de revisão tarifária, passa a ser função dos Componentes "Pd" (ganhos de produtividade), "T" (trajetória para adequação de custos operacionais) e "Q" (incentivo à qualidade), os quais foram homologados em: "Pd" - 1,08%; "T" - 0,0% e "Q" a ser apurado a partir do reajuste tarifário de 2013.

Na composição do reposicionamento tarifário de 2011, objeto da Audiência Pública nº 055/12, destacam-se os componentes: Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta é de R$3,0 bilhões e a Base de Remuneração Líquida é de R$1,545 bilhão.

**3.2 Reajuste tarifário 2012**

A ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida em 16 de outubro de 2012, aprovou o reajuste tarifário anual de 2012 da Companhia, a ser aplicado a partir de 23 de outubro de 2012. O reajuste tarifário é de 11,45%, sendo 7,60% relativo ao reposicionamento econômico e 3,85% referente aos componentes financeiros pertinentes.

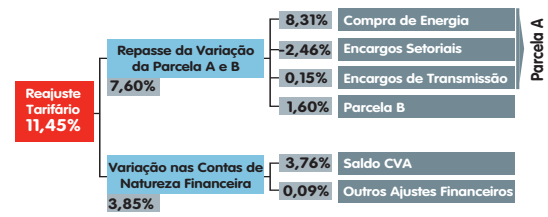
Em relação à tarifa praticada atualmente, homologada no reajuste tarifário anual de 2010, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos, já considerando a revisão tarifária de 2011 e o reajuste tarifário de 2012, é de 7,29%, sendo 7,82% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e 6,82% o efeito médio para os consumidores baixa tensão.

O ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011 da Companhia, no valor total de R$78 milhões, será dividido em três parcelas anuais, estando incluída a primeira nesse reajuste e as demais nos reajustes subsequentes.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação dos custos verificada nos doze meses anteriores, ou seja, de outubro de 2011 a setembro de 2012. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transporte de energia, encargos setoriais, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL, a exemplo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros.

A seguir demonstra-se o resumo dos valores aprovados, destacando-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros:

**Decomposição do Reajuste Tarifário de 2012**




## 4 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Bancos conta movimento | 111.523 | 103.068 |
| Aplicações financeiras - renda fixa | 21 | 88.586 |
| Total | **111.544** | **191.654** |

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxas que variam entre 97,0% e 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.3.

## 5 Consumidores e concessionárias

| Circulante | Nota | Saldos Vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total | PCLD | Saldo líquido em 31/12/2012 | Saldo líquido em 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consumidores | | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | | | | | | | | |
| Residencial | | 80.571 | 65.225 | 12.640 | 158.436 | (12.640) | 145.796 | 126.645 |
| Industrial | | 11.667 | 29.139 | 31.929 | 72.735 | (14.519) | 58.216 | 31.211 |
| Comércio, Serviços e Outras Atividades | | 27.740 | 21.621 | 9.837 | 59.198 | (6.109) | 53.089 | 34.494 |
| Rural | | 1.048 | 484 | 147 | 1.679 | (78) | 1.601 | 1.314 |
| Poder Público | | | | | | | | |
| Federal | | 2.796 | 257 | 65 | 3.118 | (33) | 3.085 | 2.614 |
| Estadual | | 3.208 | 354 | 383 | 3.945 | (339) | 3.606 | 2.817 |
| Municipal | | 5.115 | 3.257 | 5.454 | 13.826 | (126) | 13.700 | 7.148 |
| Iluminação Pública | | 9.660 | 3.895 | 2.641 | 16.196 | (213) | 15.983 | 21.129 |
| Serviço Público | | 9.091 | 516 | 117 | 9.724 | | 9.724 | 12.969 |
| Fornecimento não faturado | | 198.056 | | | 198.056 | | 198.056 | 177.004 |
| Parcelamentos de débitos | | 45.996 | 3.102 | 24.695 | 73.793 | (28.351) | 45.442 | 28.823 |
| Ajuste a valor presente | 5.3 | (1.114) | | | (1.114) | | (1.114) | 314 |
| Outros créditos | | | | 1.493 | 1.493 | | 1.493 | |
| | | **393.834** | **127.850** | **89.401** | **611.085** | **(62.408)** | **548.677** | **446.482** |
| Concessionárias | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | | 178 | | 155 | 333 | | 333 | 212 |
| Energia de curto prazo | 5.1 | 42.294 | | | 42.294 | | 42.294 | 4.636 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 540 | 370 | 1.096 | 2.006 | | 2.006 | 2.310 |
| Outros | | 8.168 | | 411 | 8.579 | | 8.579 | |
| | | **51.180** | **370** | **1.662** | **53.212** | **–** | **53.212** | **7.158** |
| Total Circulante | | **445.014** | **128.220** | **91.063** | **664.297** | **(62.408)** | **601.889** | **453.640** |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Consumidores | | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | | | | | | | | |
| Industrial | | 4.271 | | | 4.271 | (2.520) | 1.751 | 2.489 |
| Comércio, Serviços e Outras Atividades | | 18 | | | 18 | (18) | | 18 |
| Parcelamentos de débitos | | 35.157 | | | 35.157 | (1.238) | 33.919 | 31.552 |
| (-) Ajuste a valor presente | 5.3 | (9.436) | | | (9.436) | | (9.436) | (6.356) |
| | | **30.010** | **–** | **–** | **30.010** | **(3.776)** | **26.234** | **27.703** |
| Concessionárias | | | | | | | | |
| Piratininga | 5.2 | | | | | | | 21.079 |
| Outros | | 5.248 | | | 5.248 | (119) | 5.129 | 4.161 |
| | | **5.248** | **–** | **–** | **5.248** | **(119)** | **5.129** | **25.240** |
| Total Não Circulante | | **35.258** | **–** | **–** | **35.258** | **(3.895)** | **31.363** | **52.943** |

**5.1 Energia de Curto Prazo**

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

**5.2 Concessionária - Piratininga**

Em 29 de junho de 2012, foi efetuado o encontro de contas dos valores a receber e a pagar no montante de R$76.309 e R$76.538, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, decorrentes da cisão parcial da Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001. Os valores foram corrigidos monetariamente nos termos estabelecidos no protocolo de cisão, e a diferença no valor de R$229 liquidado na referida data.

**5.3 Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2012 corresponde a 11,36% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2011), afetando negativamente o resultado do exercício em R$4.508 (positivamente em R$2.543 em 2011).

**5.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão é constituída conforme Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;

ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e

iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

No exercício a Companhia efetuou a revisão dos critérios de apuração da PCLD dos parcelamentos de débitos, passando a adotar os seguintes critérios:

i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;

ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e

iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzindo-os dos valores cobertos através de apresentação de Nota de Empenho.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.5.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 6 Impostos e contribuições sociais

| Ativo - Compensáveis | Saldo em 31/12/2011 | Adição | Baixas | Atualização monetária | Adiantamentos/ Pagamentos | Compensação de tributos | Reclassificação | Transferência | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Imposto de renda e contribuição social | 140.982 | 338 | (363) | 2.443 | 23.242 | (46.515) | | (95.970) | 24.157 |
| ICMS | 86.289 | 296.262 | | | | (311.371) | | | 71.180 |
| PIS e COFINS | 21.523 | 203.464 | | | | | (2.061) | (193.446) | 29.480 |
| PIS e COFINS - COSIT 27 | 1.870 | | | | | (73) | | | 1.797 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 2.481 | 1.236 | | | | (662) | | (2.453) | 602 |
| Outros | 628 | 1.471 | | | 589 | | 2.061 | (1.807) | 2.942 |
| Total | **253.773** | **502.771** | **(363)** | **2.443** | **23.831** | **(358.621)** | **–** | **(293.676)** | **130.158** |
| Circulante | 232.456 | | | | | | | | 97.361 |
| Não circulante | 21.317 | | | | | | | | 32.797 |
| Total | **253.773** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **130.158** |

| Passivo - a recolher | Saldo em 31/12/2011 | Adição | Atualização monetária | Adiantamentos/ Pagamentos | Compensação de tributos | Transferência | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Imposto de renda e contribuição social | 100.230 | 7.197 | | | | (100.230) | 7.197 |
| ICMS | 90.718 | 913.044 | | (613.459) | (311.371) | | 78.932 |
| PIS e COFINS | 29.336 | 388.394 | | (145.537) | (40.818) | (193.446) | 37.929 |
| IRRF sobre juros s/capital próprio | 6.433 | 6.143 | | | (6.432) | | 6.144 |
| Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09 | 45.881 | | 2.756 | (16.859) | | | 31.778 |
| Refis - conversão em renda | 11.025 | | 377 | | | | 11.402 |
| Outros | 3.856 | 42.854 | | (42.551) | | | 4.159 |
| Total | **287.479** | **1.357.632** | **3.133** | **(818.406)** | **(358.621)** | **(293.676)** | **177.541** |
| Circulante | 246.766 | | | | | | 151.695 |
| Não circulante | 40.713 | | | | | | 25.846 |
| Total | **287.479** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **177.541** |

### 6.1 ICMS

O saldo de R$71.180, inclui (i) créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R$36.646, que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar 87/96 são compensados a razão de 1/48 avos por mês, e (ii) R$34.534 referente a aquisição de créditos de ICMS de terceiros para compensação com o pagamento do ICMS devido pelas operações de venda de energia. Esta operação está prevista no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, Decreto nº 54.249/09 em seu artigo 84 inciso II. O saldo a pagar ao fornecedor do crédito está apresentado na nota 10.

### 6.2 Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09 e Refis conversão em renda

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Do saldo de R$ 43.180 em 31 de dezembro de 2012, R$ 31.778 serão pagos em 22 parcelas de R$ 1.444 atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R$11.402 restantes possuem depósitos judiciais no valor de R$10.473, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

## 7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

### 7.1 Composição e base de cálculo

| | Ativo Não Circulante 31/12/2012 | | | 31/12/2011 | Resultado 2012 | Resultado 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Natureza dos créditos** | **IRPJ** | **CSLL** | **Total** | **Total** | **IRPJ/ CSLL** | **IRPJ/ CSLL** |
| **Prejuízos Fiscais** | | | | | | (3.418) |
| **Base Negativa da Contribuição Social** | | | | | | (5.272) |
| | – | – | – | – | **–** | **(8.690)** |
| **Diferenças Temporárias** | | | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 17.248 | 6.209 | 23.457 | 26.024 | (2.567) | 1.944 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 36.500 | 13.140 | 49.640 | 52.676 | (3.036) | 25.920 |
| Provisão para resultados de *Swap* | (1.372) | (494) | (1.866) | 834 | (2.700) | (3.678) |
| Provisão para perdas em estoques | 617 | 221 | 838 | 86 | 752 | 18 |
| Provisão para bônus empregados | | | | | | 13 |
| **Total diferenças temporárias** | **52.993** | **19.076** | **72.069** | **79.620** | **(7.551)** | **24.217** |
| **Benefícios pós-emprego - PSAP** | 10.680 | 3.845 | 14.525 | 18.369 | (3.844) | (3.908) |
| **Ágio incorporado** | 66.210 | 23.836 | 90.046 | 96.291 | (6.245) | (6.279) |
| **Diferenças Temporárias - RTT** | | | | | | |
| Consumidores - ajuste a valor presente | 2.638 | 950 | 3.588 | 2.054 | 1.533 | (866) |
| Encargos Financeiros - *Recouponing* | | | | 144 | (144) | (611) |
| Emprést. e Financiamentos Moeda Estrangeira - MTM | (69) | (25) | (94) | 88 | (181) | 81 |
| Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 | (6.133) | (2.208) | (8.341) | | (8.341) | |
| Benefícios a empregados - CPC 33 | 27.929 | 10.055 | 37.984 | 13.647 | | |
| **Total diferenças temporárias - RTT** | **24.365** | **8.772** | **33.137** | **15.933** | **(7.133)** | **(1.396)** |
| **Total Ativos Diferidos** | **154.248** | **55.529** | **209.777** | **210.213** | | |
| **Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos** | | | | | **(24.773)** | **3.944** |

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R$24.773 e R$24.337 a crédito em Outros resultados abrangentes.

**7.2** O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

**7.3** O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo na aquisição de ações da Bandeirante, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$6.003 até o ano de 2027 (Nota 14.1).

**7.4** A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 7.2 e 7.3, serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

**7.5** Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios.

| 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 a 2020 | 2021 a 2022 | Não circulante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 51.112 | 72.788 | 40.416 | 28.668 | 23.832 | 805 | (7.844) | 209.777 |

Os valores contidos no intervalo de 2011 a 2012 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

## 8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e são apresentados como segue:

| Objeto do contrato | Contraparte | Data da transação | Período de duração | Preço praticado R$/MWh em 31/12/2012 (*) | Ativo 31/12/2012 | Ativo 31/12/2011 | Passivo 31/12/2012 | Passivo 31/12/2011 | Receitas (despesas) no exercício 2012 | Receitas (despesas) no exercício 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Outros Créditos** | | | | | | | | | | |
| Reembolso de gastos referentes ao Projeto Aliança com a unificação da plataforma do sistema compartilhado | Enerpeixe | 01/01/2007 | Indeterminado | | 162 | 162 | | | | |
| Ressarcimento por insuficiêcia de geração | Pecem | 31/12/2012 | Indeterminado | | 464 | | | | 464 | |
| | | | | | **626** | **162** | **–** | **–** | **464** | **–** |
| **Partes relacionadas** | | | | | | | | | | |
| Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13 | EDP Energias do Brasil | 01/07/2012 | | | | | 3.476 | 680 | (3.476) | (6.760) |
| Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11 | EDP Energias do Brasil | 01/01/2011 | 01/01/2011 a 31/12/2014 | | | 108 | 238 | 176 | (2.817) | (1.785) |
| Reembolso de gastos com links de comunicação para acesso a rede compartilhada | Enerpeixe | 01/07/2007 | Inderteminado | | 475 | 475 | | | | |
| Termo de confissão de dívida entre o Instituto EDP e a Bandeirante, aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.821/11 | Instituto EDP | 01/10/2011 | 30/09/2014 | | 558 | 838 | | | 64 | 29 |
| | | | | | **1.033** | **1.421** | **3.714** | **856** | **(6.229)** | **(8.516)** |
| **Fornecedores** | | | | | | | | | | |
| Uso do sistema de transmissão | Evrecy | 30/12/2002 | 30/12/2002 a 17/07/2025 | | | | | 9 | (98) | (116) |
| Compra de energia elétrica | Enerpeixe | 23/12/2002 | 01/10/2003 a 31/01/2016 | 187,23 | | | 19.530 | 18.707 | (152.838) | (141.706) |
| | Enerpeixe | 23/12/2002 | 01/10/2003 a 31/01/2016 | 174,77 | | | 6.799 | 6.817 | (56.123) | (53.260) |
| | Pecem | 27/08/2008 | 01/01/2012 a 31/12/2026 | | | | 3.612 | | (8.951) | |
| | Energest | 16/12/2004 | 01/01/2005 a 31/12/2012 | 83,92 | | | 61 | 79 | (537) | (601) |
| | Energest | 16/12/2004 | 01/01/2006 a 31/12/2013 | 94,23 | | | 46 | 59 | (404) | (451) |
| | Energest | 15/09/2005 | 01/01/2008 a 31/12/2015 | 112,57 | | | 45 | 58 | (403) | (447) |
| | Energest | 01/03/2006 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | 161,57 | | | 22 | 21 | (174) | (163) |
| | Investco | 01/08/2002 | 01/08/2002 a 15/12/2032 | 137,07 | | | 151 | 148 | (1.578) | (1.467) |
| | Investco | 01/08/2005 | 01/08/2005 a 15/12/2032 | 137,07 | | | 4 | 4 | (43) | (40) |
| | Lajeado Energia | 09/11/2001 | 12/12/2001 a 30/11/2013 | 137,07 | | | 1.272 | 1.246 | (13.297) | (4.628) |
| | Lajeado Energia | 01/03/2006 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | 160,18 | | | 1 | 1 | (15) | (14) |
| | Lajeado Energia | 01/03/2006 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 161,57 | | | 6 | 6 | (69) | (64) |
| | Lajeado Energia | 01/03/2006 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 150,45 | | | 29 | 25 | (224) | (209) |
| | Santa Fé | 11/01/2007 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | 171,49 | | | 45 | 45 | (385) | (359) |
| | | | | | **–** | **–** | **31.623** | **27.225** | **(235.139)** | **(203.525)** |
| Total | | | | | **1.659** | **1.583** | **35.337** | **28.081** | **(240.904)** | **(212.041)** |

(*) Não auditado pelos auditores independentes

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet.*

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protolocar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuidos através do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os contratos de compra de energia elétrica são reajustados anualmente, sendo os de leilão reajustados pelo índice do IPCA e os contratos bilaterais pelo IGP-M.

Os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).

### 8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte**

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é a controladora.

**8.3 Remuneração dos administradores**

**8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.**

(i) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 75%

Remuneração Variável: 25%

**8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R$)**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total |
|---|---|---|---|
| **Número de membros** | 1 (*) | 5 (**) | 6 |
| **Remuneração fixa (em R$)** | **34.848** | **1.882.207** | **1.917.055** |
| Salário ou pró-labore | 29.040 | 1.414.091 | 1.443.131 |
| Benefícios diretos e indiretos (i) | n/a | 96.915 | 96.915 |
| Encargos sociais | 5.808 | 371.201 | 377.009 |
| **Remuneração Variável (em R$)** | **n/a** | **627.569** | **627.569** |
| Bônus | n/a | 498.726 | n/a |
| Encargos sociais | n/a | 128.843 | n/a |
| **Valor Total da remuneração, por órgão** | **34.848** | **2.509.776** | **2.544.624** |

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 6 posições do Conselho de Administração (5 titulares e 1 posição vaga), apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R$ 34.848,00, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Das 6 posições da Diretoria, 5 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R$ 3.802.802,86, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

**8.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração e diretoria estatutária de 2012**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---|---|---|
| Número de membros | 1 | 5 |
| Valor da maior remuneração individual | 34.848 | 840.795 |
| Valor da menor remuneração individual | 34.848 | 126.257 |
| Valor médio da remuneração individual | 34.848 | 418.296 |

**9 Cauções e depósitos vinculados**

| | Nota | Circulante 31/12/2012 | Circulante 31/12/2011 | Não circulante 31/12/2012 | Não circulante 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Depósitos judiciais | 6.2 e 21 | | | 70.180 | 63.369 |
| Cauções e depósitos vinculados | | 327 | 149 | 161 | 516 |
| Total | | **327** | **149** | **70.341** | **63.885** |

**10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

| | Nota | Circulante 31/12/2012 | Circulante 31/12/2011 | Não circulante 31/12/2012 | Não circulante 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Outros créditos - Ativo | | | | | |
| Adiantamentos a empregados | | 472 | 277 | | |
| Adiantamentos a fornecedores | | 512 | 2.960 | | |
| Modicidade tarifária - baixa renda | 10.1 | | 138 | 18.453 | 18.453 |
| Dispêndios a reembolsar | | 5.316 | 5.316 | | |
| Bens destinados à alienação | | 2.917 | | | |
| Serviços em curso | 10.2 | 45.262 | 61.825 | | |
| Serviços prestados a terceiros | | 11.384 | 3.934 | | 7.031 |
| Desativações e alienações em curso | | 47 | 4.415 | | |
| Compartilhamento de infraestrutura | | 1.428 | 1.353 | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | 6.297 | |
| Outros | | 1.555 | 1.332 | | |
| Total | | **68.893** | **81.550** | **24.750** | **25.484** |
| Outras contas a pagar - Passivo | | | | | |
| Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos | | 893 | 12.104 | | |
| Contribuição de iluminação pública | | 2.079 | 1.785 | | |
| Valores a pagar à CPFL - Piratininga | 5.2 | | | | 21.079 |
| Credores diversos - consumidores | | 9.843 | 9.320 | | |
| Folha de pagamento | | 1.799 | 1.785 | | |
| Modicidade tarifária - baixa renda | 10.1 | 1.250 | 3.483 | 10.017 | 10.017 |
| Cessão de créditos de ICMS | 6.1 | 22.042 | 44.273 | | |
| Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia | | 2.939 | 2.928 | | |
| Outras | | 7.007 | 4.845 | 4.611 | 4.927 |
| Total | | **47.852** | **80.523** | **14.628** | **36.023** |

**10.1 Modicidade tarifária - baixa renda**

Em atendimento ao Termo de Notificação nº 1.091/05 da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, no qual o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade Baixa Renda, a Companhia registrou no exercício de 2008 o montante de R$47.640 referente a valores a devolver aos consumidores das tarifas cobradas a maior. No exercício de 2010 foi efetuada a revisão da base de enquadramento e em decorrência dessa nova base a posição inicial passou a ser de R$29.698. A devolução passou a ser efetuada a partir de março de 2009 e o saldo a devolver aos consumidores em 31 de dezembro de 2012 é de R$11.267 (R$13.500 em 31 de dezembro de 2011). Considerando que a legislação e regulamentação dessa matéria preveem o ressarcimento de parte dos valores a devolver, através do mecanismo da subvenção econômica, a Companhia efetuou concomitantemente o registro do valor a receber. O saldo a receber, quando da devolução total aos clientes em 31 de dezembro de 2012 é de R$18.453 (R$18.453 em 31 de dezembro de 2011).

No caso de clientes inativos estão sendo tomadas as medidas para identificar a sua localização e efetuar a devolução.

**10.2 Serviços em curso**

O saldo de R$45.262 em 31 de dezembro de 2012 (61.825 em 31 de dezembro de 2011) é composto por gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento, instituídos pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à P&D e nº 300/08, referente ao PEE, cuja realização se dará a débito do Passivo Circulante de Encargos regulamentares e setoriais quando do encerramento do projeto (Nota 20.2) no valor de R$44.035 em 31 de dezembro de 2012 (R$60.356 em 31 de dezembro de 2011) e de custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso no valor de R$1.227, em 31 de dezembro de 2012 (R$1.469 em 31 de dezembro de 2011).

**11 Ativo financeiro indenizável**

A Companhia possui saldo de R$238.834 (R$188.432 em 31 de dezembro de 2011) no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no VNR dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) ser omisso sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R$3.979, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia). A implementação desta alteração das taxas anuais de depreciação, resultou num acréscimo da vida útil média dos ativos da Companhia de 22 para 24 anos.

A Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, em seu artigo 8º, parágrafo 2º determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, motivo pelo qual a Companhia efetuou o registro contábil em dezembro de 2012 do valor da diferença entre o VNR e o custo histórico corrigido no montante de R$24.534 em contrapartida à redução da rubrica de Outras despesas e receitas operacionais (Nota 24).

A movimentação no exercício é a seguinte:

| | Saldo em 31/12/2011 | Transferência do ativo intangível | Valor novo de reposição | Baixas | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativo financeiro indenizável | 188.432 | 25.497 | 24.534 | 371 | 238.834 |
| | **188.432** | **25.497** | **24.534** | **371** | **238.834** |

**12 Propriedades para investimentos**

O saldo de R$3.053 em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pela qual se aufere uma renda. São avaliados ao custo de aquisição.

O valor justo destas propriedades em dezembro de 2012, de acordo com avaliação de empresa terceirizada especializada é de R$18.078 (R$14.776 em 31 de dezembro de 2011).

**13 Imobilizado**

Refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão e o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R$112 (R$136 em 31 de dezembro de 2011). No exercício o valor da depreciação foi de R$23.

**14 Intangível**

| | 31/12/2012 Taxas anuais médias de amortização % | 31/12/2012 Custo histórico | 31/12/2012 Amortização acumulada | 31/12/2012 Valor líquido | 31/12/2011 Taxas anuais médias de amortização % | 31/12/2011 Custo histórico | 31/12/2011 Amortização acumulada | 31/12/2011 Valor líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Direito de concessão - Infraestrutura | | | | | | | | |
| Em serviço | 4,04 | 2.288.971 | (1.385.906) | 903.065 | 4,01 | 2.226.226 | (1.320.925) | 905.301 |
| Em curso | | 100.691 | | 100.691 | | 123.680 | | 123.680 |
| Atividades não vinculadas à concessão | | | | | | | | |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | | 460.584 | | 460.584 | | 460.584 | | 460.584 |
| (-) Provisão para manutenção de dividendos | | (460.584) | | (460.584) | | (460.584) | | (460.584) |
| Amortização da provisão para manutenção de dividendos | | 195.744 | | 195.744 | | 177.376 | | 177.376 |
| (-) Amortização acumulada do ágio | | (195.744) | | (195.744) | | (177.376) | | (177.376) |
| | | **2.389.662** | **(1.385.906)** | **1.003.756** | | **2.349.906** | **(1.320.925)** | **1.028.981** |

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

| | Valor líquido 31/12/2011 | Ingressos | Juros Capitalizados | Transferência para intangível em serviço | Transferência para ativo financeiro indenizável | Amortizações | Baixas | Valor líquido 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Intangível em serviço | | | | | | | | |
| Direito de concessão - Infraestrutura | 905.301 | | | 123.282 | (25.497) | (86.470) | (13.551) | 903.065 |
| Intangível em curso | 123.680 | 96.783 | 4.260 | (123.282) | | | (750) | 100.691 |
| Total Intangível | **1.028.981** | **96.783** | **4.260** | **–** | **(25.497)** | **(86.470)** | **(14.301)** | **1.003.756** |

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,69%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

**14.1 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora**

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão pelo prazo de concessão da Companhia.

**15 Fornecedores**

| | Nota | Circulante 31/12/2012 | Circulante 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| Suprimento de energia elétrica | | 285.527 | 171.674 |
| Energia livre | 15.1 | 31.957 | 29.455 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 41.371 | 46.970 |
| Operações CCEE | | 31.778 | 19.201 |
| Materiais e serviços | | 57.692 | 58.173 |
| Total | | **448.325** | **325.473** |

**15.1 Energia livre**

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter sido liquidado até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia encontra-se suspenso por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região até que o pedido de liminar formulado nos autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$2.502 (R$3.067 em 2011) em contrapartida a despesa financeira. (Nota 25)

**16 Debêntures**

**16.1 Composição do saldo de Debêntures**

| Agente Fiduciário | Quantidade de debêntures | Valor nominal unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Forma de pagamento | 31/12/2012 Encargos Circulante | 31/12/2012 Principal Não circulante | 31/12/2012 Total | 31/12/2011 Encargos Circulante | 31/12/2011 Principal Não circulante | 31/12/2011 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. | 39.000 | 10 | 390.000 | 01/07/2010 | 01/07/2010 a 30/06/2016 | Recomposição de caixa ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro. | CDI + 1,50% | Principal anual e juros semestral | 17.080 | 390.000 | 407.080 | 25.360 | 390.000 | 415.360 |
| Custos de emissão | | | | | | | | Amortização mensal | (535) | (805) | (1.340) | (535) | (1.450) | (1.985) |
| Total | | | | | | | | | **16.545** | **389.195** | **405.740** | **24.825** | **388.550** | **413.375** |

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (a) Dívida bruta em relação ao EBITDA e (b) EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);

(iii) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iv) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
(v) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
(vi) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e
(vii) transformação da Emissora em sociedade limitada;
(viii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;
(ix) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R$40.000.000,00, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;
(x) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;
(xi) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e
(xii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

**16.2 Mutação das debêntures no exercício:**

| | Valor líquido em 31/12/2011 | Ingressos | Pagamentos de juros | Juros provisionados | Transferências | Custos de transação | Valor líquido em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | 24.825 | | (46.485) | 38.205 | (535) | 535 | 16.545 |
| | **24.825** | **–** | **(46.485)** | **38.205** | **(535)** | **535** | **16.545** |
| Não circulante | 388.550 | 110 | | | 535 | | 389.195 |
| | **388.550** | **110** | **–** | **–** | **535** | **–** | **389.195** |

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

**16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:**

| | Vencimento |
|---|---|
| **Circulante** | |
| 2013 | 16.545 |
| | **16.545** |
| **Não Circulante** | |
| 2014 | 77.517 |
| 2015 | 155.732 |
| 2016 | 155.946 |
| | **389.195** |
| Total | **405.740** |

**17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

| | | | | | | | | | 31/12/2012 | | | | | 31/12/2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | Encargos | | Principal | | | Encargos | | Principal | | |
| | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato | Finalidade | *Covenants* | Custo da dívida | Forma de pagamento | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| **Moeda estrangeira** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento | USD 100.000 | 05/03/2004 | USD 100.000 | 15/04/2004 a 15/02/2012 | Projetos de Investimentos | i. Dívida total em relação a dívida total mais patrimônio líquido menor ou igual a 0,55; ii. Dívida total em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5; iii. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2 | Libor + 4,375% a.a. + variação cambial | Principal e Juros: Semestrais | | | | | – | 19 | | 3.052 | | 3.071 |
| (-) BID - Custo da transação | (1.785) | | (1.785) | 01/09/2006 a 15/02/2012 | | | Libor + 4,375% a.a. + variação cambial | | | | | | – | | | (240) | | (240) |
| BEI - Banco Europeu de Investimento | EUR 45.000 | 17/02/2012 | EUR 15.000 | 19/02/2012 a 17/02/2018 | Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Bandeirante, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema. | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | Libor + 1,2750% a.a. | Principal no final do contrato e Juros semestral | 443 | | | 40.064 | 40.507 | | | | | – |
| (-) BEI - Custo da transação | (110) | 17/02/2012 | (110) | 19/02/2012 a 17/02/2018 | | | | Amortização mensal do custo de transação | | | | (93) | (93) | | | | | – |
| | | | | | | | | | **443** | **–** | **–** | **39.971** | **40.414** | **19** | **–** | **2.812** | **–** | **2.831** |
| **Moeda nacional** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2617/07 | 608 | 09/04/2007 | 608 | 30/05/2008 a 30/04/2013 | Programa Reluz - Município de Aparecida/SP | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 42 | | 42 | | | 125 | 42 | 167 |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2656/07 | 3.911 | 12/12/2007 | 3.594 | 30/03/2009 a 28/02/2014 | Programa Reluz - Município de Taubaté/SP | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 723 | 120 | 843 | | | 723 | 843 | 1.566 |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2657/07 | 10.036 | 12/12/2007 | 9.919 | 30/05/2010 a 30/04/2015 | Programa Reluz - Município de Guarulhos | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 2.000 | 2.667 | 4.667 | | | 2.000 | 4.665 | 6.665 |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2658/07 | 2.946 | 12/12/2007 | 2.449 | 30/03/2009 a 28/02/2014 | Programa Reluz - Município de Suzano/SP | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 493 | 82 | 575 | | | 493 | 575 | 1.068 |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2779/09 | 3.517 | 18/03/2010 | 2.651 | 30/08/2012 a 30/07/2017 | Programa Reluz - Município de Guaratinguetá/SP | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | 3 | | 548 | 1.965 | 2.516 | 7 | | 227 | 2.430 | 2.664 |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2800/09 | 3.392 | 27/05/2010 | 2.506 | 30/07/2012 a 30/07/2017 | Programa Reluz - Município de Mogi das Cruzes/SP | | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | 4 | | 524 | 1.881 | 2.409 | | | 224 | 2.325 | 2.549 |
| Eletrobrás LPT -ECFS 019/04 | 11.523 | 28/05/2004 | 9.342 | 30/08/2006 a 30/07/2016 | Programa Luz para Todos | | 5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 1.065 | 2.752 | 3.817 | | | 1.064 | 3.819 | 4.883 |
| Eletrobrás LPT -ECFS 184/07 | 12.359 | 25/06/2007 | 11.015 | 30/11/2009 a 30/10/2019 | Programa Luz para Todos | | 5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.) | Principal e juros mensal | | | 1.313 | 7.663 | 8.976 | | | 371 | 2.533 | 2.904 |
| Banco do Brasil e Santander - Cédula de Crédito Bancário | 102.000 | 05/12/2006 | 102.000 | 05/06/2007 a 05/12/2013 | Capital de Giro | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 105% do CDI | Principal anual e juros semestral | 97 | | 20.400 | | 20.497 | 335 | | 20.400 | 20.400 | 41.135 |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial | 30.000 | 22/06/2011 | 30.000 | 22/06/2011 a 06/06/2014 | Capital de Giro | | 100% do CDI | Principal e juros em parcela única no final | | 4.476 | | 30.000 | 34.476 | | 1.800 | | 30.000 | 31.800 |
| BNDES - Banco do Brasil | 35.513 | 27/12/2007 | 35.513 | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de Investimentos de maio de 2006 | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 3,3% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | 29 | | 5.937 | 2.968 | 8.934 | 59 | | 5.937 | 8.905 | 14.901 |
| BNDES - Banco Santander | 35.513 | 27/12/2007 | 35.513 | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de Investimentos de maio de 2006 | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 3,3% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | 29 | | 5.937 | 2.968 | 8.934 | 59 | | 5.937 | 8.905 | 14.901 |
| BNDES - BB/CALC | 153.283 | 29/01/2009 | 121.426 | 17/02/2010 a 17/06/2019 | Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal | 247 | | 19.864 | 72.916 | 93.027 | 320 | | 18.219 | 84.718 | 103.257 |
| | | | | | | | | | **409** | **4.476** | **58.846** | **125.982** | **189.713** | **780** | **1.800** | **55.720** | **170.160** | **228.460** |
| **Resultado dos *Swaps*** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Banco Citibank | Proteção de VC dívida junto ao BID | 13/11/2003 | | 15/04/2004 a 15/02/2012 | *Hedge* frente ao financiamento do BID. | | de 97,94% a 118,94% do CDI | Juros trimestral | | | | | – | | | 1.831 | | 1.831 |
| Banco JP Morgan | Proteção de VC dívida junto ao BID | 15/03/2004 | | 15/04/2004 a 15/02/2012 | *Hedge* frente ao financiamento do BID. | | de 98,00% a 109,70% do CDI | Juros trimestral | | | | | – | | | 879 | | 879 |
| Goldman Sachs | Proteção de VC e taxa de juros da dívida junto ao BEI | 09/02/2012 | | 19/02/2012 a 17/02/2018 | *Hedge* frente ao financiamento do BEI. | | 93,40% do CDI | Juros semestral | 810 | | | | 810 | | | | | – |
| | | | | | | | | | **810** | **–** | **–** | **–** | **810** | **–** | **–** | **2.710** | **–** | **2.710** |
| Total | | | | | | | | | **1.662** | **4.476** | **58.846** | **165.953** | **230.937** | **799** | **1.800** | **61.242** | **170.160** | **234.001** |

A forma de realização das dívidas é ao custo e do resultado de Swap é ao mercado.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:**

| | Valor líquido em 31/12/2011 | Ingressos | Pagamentos de principal | Pagamentos de juros | Juros provisionados | Juros capitalizados | Transferências | Ajuste a valor de mercado | Custos de transação | Variação monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 59.331 | | (59.822) | (16.142) | 17.147 | (168) | 60.147 | | 256 | (241) | 60.508 |
| *Swaps* | 2.710 | | (1.450) | (1.318) | 59 | | | (259) | | 258 | |
| | **62.041** | **–** | **(61.272)** | **(17.460)** | **17.206** | **(168)** | **60.147** | **(259)** | **256** | **17** | **60.508** |
| **Não circulante** | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 171.960 | 49.779 | | | 2.676 | 168 | (60.147) | (274) | | 6.267 | 170.429 |
| | **171.960** | **49.779** | **–** | **–** | **2.676** | **168** | **(60.147)** | **(274)** | **–** | **6.267** | **170.429** |

**17.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):**

| Vencimento | Tipo de moeda Nacional | Estrangeira | Total |
|---|---|---|---|
| Circulante | | | |
| 2013 | 59.255 | 1.253 | 60.508 |
| | **59.255** | **1.253** | **60.508** |
| Não circulante | | | |
| 2014 | 66.566 | | 66.566 |
| 2015 | 24.618 | | 24.618 |
| 2016 | 23.507 | | 23.507 |
| 2017 | 11.177 | | 11.177 |
| 2018 | 2.805 | 39.971 | 42.776 |
| 2019 até 2023 | 1.785 | | 1.785 |
| | **130.458** | **39.971** | **170.429** |
| Total | **189.713** | **41.224** | **230.937** |

## 18 Benefícios pós-emprego

| | Circulante 31/12/2012 | 31/12/2011 | Não circulante 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|
| BSPS - Reservas a amortizar | 16.075 | 18.317 | 138.363 | 75.851 |
| Programas assistenciais | | | 6.867 | 6.867 |
| Previdência privada | 1 | | | |
| | **16.076** | **18.317** | **145.230** | **82.718** |

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, como segue:

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas pelo CPC 33. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos benefícios definidos, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

**18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**

**18.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável**

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", a partir de 1° de junho de 2011, a gestão do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante. O valor de R$154.438 corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano que possui a adesão de 602 colaboradores em 31 de dezembro de 2012.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. Em decorrência do déficit apurado, a Companhia possui um compromisso que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

• Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na movimentação do exercício do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

| | 2012 Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | (Passivo) reconhecido | 2011 Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | (Passivo) reconhecido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo inicial reconhecido | (586.920) | 492.753 | (94.167) | (486.439) | 373.195 | (113.244) |
| Custo do serviço corrente | 93 | | 93 | 939 | | 939 |
| Custo dos juros | (58.926) | | (58.926) | (51.189) | | (51.189) |
| Rendimento esperado dos ativos | | 54.480 | 54.480 | | 43.453 | 43.453 |
| Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL | (122.405) | 50.827 | (71.578) | (73.990) | 82.364 | 8.374 |
| Contribuições pagas pela Companhia | | 15.660 | 15.660 | | 17.500 | 17.500 |
| Contribuições pagas pelos empregados | (2.107) | 2.107 | | (1.766) | 1.766 | |
| Benefícios pagos pelo plano | 27.792 | (27.792) | | 25.525 | (25.525) | |
| Saldo final reconhecido | **(742.473)** | **588.035** | **(154.438)** | **(586.920)** | **492.753** | **(94.167)** |
| Valor presente das obrigações atuariais | **(742.473)** | **588.035** | **(154.438)** | **(586.920)** | **492.753** | **(94.167)** |

O retorno real dos ativos do plano no exercício cresceu substancialmente por valorização daqueles ativos, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012.

A perda atuarial de R$122.405 no valor presente das obrigações apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012 foi decorrente principalmente da mudança da taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R$73.990.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o exercício de 2013 são de R$16.075.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2012 e 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Custo do serviço corrente | 1.771 | 1.207 |
| Custo dos juros | 58.926 | 51.189 |
| Rendimento esperado dos ativos | (54.480) | (43.453) |
| Contribuições esperadas dos empregados | (1.864) | (2.146) |
| Total | **4.353** | **6.797** |

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R$73.733 (R$26.492 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2011).

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 31/12/2008 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ajustes de experiência com ativos do plano** | | | | | |
| (Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos | (50.827) | (82.364) | 17.794 | (10.854) | 16.490 |
| Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano | -8,64% | -16,72% | 4,77% | -3,07% | 5,28% |
| **Ajustes de experiência com obrigações do plano** | | | | | |
| (Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações | 122.405 | 73.990 | 32.761 | (16.553) | (9.382) |
| Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano | 16,49% | 12,61% | 6,73% | -3,85% | -2,22% |
| **Situação do plano** | | | | | |
| Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos | (742.473) | (586.920) | (486.439) | (430.120) | (422.199) |
| Valor justo dos ativos | 588.035 | 492.753 | 373.195 | 354.080 | 312.153 |
| Situação do plano | **(154.438)** | **(94.167)** | **(113.244)** | **(76.040)** | **(110.046)** |

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

| Classe de ativo | 31/12/2012 Alocação % | 31/12/2011 Alocação % |
|---|---|---|
| Títulos de dívida | 89,50% | 85,60% |
| Ações | 8,40% | 11,56% |
| Imóveis | 0,30% | 0,36% |
| Outros | 1,80% | 2,48% |
| Total | **100,00%** | **100,00%** |

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

| Classe de ativo | 2012 Meta de alocação | Expectativa de retorno | 2011 Meta de alocação | Expectativa de retorno |
|---|---|---|---|---|
| Títulos de dívida | 82,40% | 10,22% | 82,40% | 10,84% |
| Ações | 14,40% | 16,27% | 14,40% | 16,31% |
| Imóveis | 0,60% | 10,01% | 0,60% | 10,77% |
| Outros | 2,60% | 10,77% | 2,60% | 10,77% |
| Total | **100,00%** | **11,10%** | **100,00%** | **11,63%** |

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes do plano:

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Participantes ativos | 666 | 749 |
| Participantes assistidos | | |
| Com benefícios diferidos | 136 | 103 |
| Aposentados e pensionistas | 653 | 610 |
| | **789** | **713** |
| Total | **1.455** | **1.462** |

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

| Econômicas | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Taxa de desconto - nominal | 9,30% a.a. | 10,25% a.a. |
| Taxa de retorno esperado dos ativos | 11,10% a.a. | 11,63% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | 6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017 | 7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016 |
| Crescimento do plano de benefícios | 5,00% a.a. | 4,50% a.a. |
| Inflação | 5,00% a.a. | 4,50% a.a. |
| **Demográficas** | | |
| Tábua de mortalidade | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 |

**18.1.2 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida**

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia no exercício. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$631 (R$561 em 2011).

Esse plano em 31 de Dezembro de 2012 tem a adesão de 326 colaboradores.

## 19 Obrigações estimadas com pessoal

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Folha de pagamento | 19.113 | 18.566 |
| INSS e FGTS | 3.548 | 3.298 |
| Total | **22.661** | **21.864** |

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

## 20 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

| | Nota | Saldo em 31/12/2011 | Adições | Atualização monetária | Pagamentos | Baixa | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Quota de reserva global de reversão - RGR | | 12.130 | 19.443 | | (28.910) | | 2.663 |
| Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC | | 17.749 | 195.464 | | (204.227) | | 8.986 |
| Juros sobre fundo de reversão | | 73 | 875 | | (875) | | 73 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | | 11.952 | 157.976 | | (156.763) | | 13.165 |
| Encargos tarifários (ECE/ EAEEE) | | 3.051 | | | (74) | | 2.977 |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 20.1 | 30.563 | 11.643 | 864 | (6.609) | (2.139) | 34.322 |
| Programa de eficiência energética - PEE | 20.1 | 54.668 | 11.609 | 702 | | (38.682) | 28.297 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | | 524 | 6.306 | | (6.301) | | 529 |
| Outros encargos | 20.2 | 1.091 | 6.965 | | (6.596) | | 1.460 |
| Total | | **131.801** | **410.281** | **1.566** | **(410.355)** | **(40.821)** | **92.472** |
| Circulante | | 130.916 | | | | | 85.484 |
| Não circulante | | 885 | | | | | 6.988 |
| Total | | **131.801** | | | | | **92.472** |

**20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE**

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso (Nota 10.2), e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

**20.2 Outros encargos**

A Lei nº 12.111/09, regulamentada pelos Ofícios circulares nº 965/10-SFF/ANEEL e 648/10-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida exigida no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012 utlizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 21 Provisões

| | Circulante | | Não Circulante | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 6.404 | 6.874 | 68.675 | 80.685 |
| Licenças Ambientais | | 26 | | |
| Total | **6.404** | **6.900** | **68.675** | **80.685** |

### 21.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

**21.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

| | | Passivo | | | | | | | Ativo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Baixas | | | | | Depósito Judicial (Nota 9) | |
| | Instâncias | Saldo em 31/12/2011 | Adições | Pagamentos | Reversões | Atualizações Monetárias | Reclassificação | Saldo em 31/12/2012 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Trabalhistas | 1ª, 2ª e 3ª | 18.484 | 8.803 | (10.181) | (2.084) | 3.654 | | 18.676 | 3.012 | 1.100 |
| Cíveis | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 56.801 | 8.014 | (10.954) | (10.369) | 6.385 | (6.548) | 43.329 | 23.483 | 23.153 |
| Fiscais | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 12.274 | 126 | | (406) | 41 | (7.531) | 4.504 | | |
| Outros | | | 1.490 | (3.391) | | 3.923 | 6.548 | 8.570 | | |
| Total | | **87.559** | **18.433** | **(24.526)** | **(12.859)** | **14.003** | **(7.531)** | **75.079** | **26.495** | **24.253** |
| Circulante | | 6.874 | | | | | | 6.404 | | |
| Não circulante | | 80.685 | | | | | | 68.675 | 26.495 | 24.253 |
| Total | | **87.559** | | | | | | **75.079** | **26.495** | **24.253** |

**21.1.1.1 Trabalhistas**

Contemplam ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras e adicional de periculosidade.

**21.1.1.2 Cíveis**

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R$37.158 (R$47.105 em 31 de dezembro de 2011), destacando-se:

Processos movidos pela White Martins, quais sejam:

• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R$10.627. A Companhia apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Superior Tribunal de Justiça discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2012 é de R$13.994 (R$11.407 em 31 de dezembro de 2011).

• Processo nº 583.00.2000.577510-1, em trâmite na 32ª Vara Cível do Foro central da Comarca de São Paulo que discute a legalidade da majoração tarifária instituída pelas Portarias nºs 38/86 e 45/86 do DNAEE, e a consequente devolução dos valores supostamente pagos a maior durante o período de congelamento de preços (fevereiro a novembro de 1986). No mês de fevereiro de 2012, a autora iniciou a execução da sentença condenatória e apresentou os cálculos do valor da condenação, qual seja, R$6.375. Em contrapartida, a Companhia realizou depósito judicial em garantia do referido valor, porém apresentou também impugnação aos cálculos da White Martins, visando sua redução para aproximadamente R$5,7 milhões. Tendo em vista o acolhimento da impugnação da Companhia, realizamos a baixa do valor provisionado no valor atualizado do depósito judicial. Em 13 de agosto de 2012, a White Martins efetuou o levantamento do montante atualizado de R$5.889 e a Bandeirante levantou o saldo remanescente no valor de R$703. Aguarda-se arquivamento da ação. Não há saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 (R$13.213 em 31 de dezembro de 2011).

**21.1.1.3 Fiscais**

A Companhia possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia, avaliados como perda provável. Esses casos representam em 31 de dezembro de 2012 o valor de R$4.285 (R$12.274 em 31 de dezembro de 2011).

Há também discussão administrativa sobre exigência relativa à suposta utilização de crédito indevido de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, cuja provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R$219 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão).

**21.1.1.4 Outros**

Refere-se principalmente a autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização que encontram-se em fase de recurso pela Companhia, no valor de R$5.548.

**21.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

| | | | | Ativo | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Depósito Judicial (Nota 9) | |
| | Instâncias | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Trabalhistas | 1ª, 2ª e 3ª | 42.736 | 31.943 | 1.098 | 726 |
| Cíveis | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 167.378 | 136.889 | 1.746 | 1.681 |
| Fiscais | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 455.721 | 280.917 | 7.933 | 6.447 |
| Outros | | 2.673 | | | |
| Total | | **668.508** | **449.749** | **10.777** | **8.854** |

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

**21.1.2.1 Cíveis**

A Companhia é parte no processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à Companhia julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011. Contra tal decisão, a Bandeirante interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para o fim de limitar a condenação da Bandeirante ao período de vigência da Portaria nº 153/86 (vigente até março/87). Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, os quais pendem de julgamento. Importante ressaltar que há entendimento pacífico nos tribunais superiores no sentido de que só é devida a devolução dos valores pagos no período do congelamento de preços, período este não discutido nesta ação, motivo pelo qual o grau de risco foi mantido em possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R$76.017 (R$61.967 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia é parte na ação cível pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivo, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A Companhia aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R$48.556 (R$41.071 em 31 de dezembro de 2011).

**21.1.2.2. Fiscais**

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R$111.498 em 31 de dezembro de 2012 (R$102.887 em 31 de dezembro de 2011). A Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 e Resolução SF nº 98/10.

Possui ainda, discussão administrativa relativa à suposta utilização de crédito indevido de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, em 31 de dezembro de 2012 no valor de R$22.556 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

A Companhia possui outras contingências fiscais em 31 de dezembro de 2012 no montante estimado de R$167.977 (R$145.121 em 31 de dezembro de 2011), referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT nº 26/02 (impostos sobre RTE).

A Companhia ajuizou medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. Os advogados externos que patrocinam a ação classificaram a contingência referente aos encargos da Procuradoria da União como perda possível. O valor em 31 de dezembro de 2012 é de R$102.485 (em 31 de dezembro de 2011, os encargos não eram classificados como perda possível). Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso aos Tribunais Superiores.

**21.1.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R$22.435 (R$20.166 em 31 de dezembro de 2011).

Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto por se tratar de uma ação recente e pelo fato gerador do principal estar a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo e dada a materialidade do saldo, a Companhia entende que deve proceder à divulgação da ação fiscal abaixo.

**21.1.3.1 Fiscais**

A Companhia, através do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nºs 55.421/10 e 55.867/10. Ambos os processos possuem sentença favorável, sendo que em um dos casos já houve julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foi confirmada a sentença favorável às Distribuidoras. No segundo caso, aguarda-se conclusão do julgamento de 2ª Instância. A Companhia e seus consultores externos avaliam o caso como perda remota. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012, nos termos dos Decretos, é de R$ 117.031 (em 31 de dezembro de 2011, o contencioso ainda não havia sido instautrado).

## 22 Patrimônio líquido

### 22.1 Capital social

O Capital social é de R$254.628 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, e está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

### 22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2012, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R$178.473 e JSCP no valor de R$42.892 referentes ao exercício de 2011. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012, foi aprovada a reversão de parte dos dividendos do exercício de 2011 para a reserva de retenção de lucros no valor de R$161.181. Em novembro de 2012 foram pagos a título de dividendos R$17.292 e JSCP no valor de R$42.892, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

| | 31/12/2012 |
|---|---|
| **Lucro líquido apurado no exercício** | **80.968** |
| Lucro líquido ajustado | 80.968 |
| **Destinação do lucro:** | **80.968** |
| Dividendos intermediários - JSCP | 40.963 |
| Reserva de lucros | 40.005 |
| Quantidade de ações | 39.091.735.037 |
| **Dividendos por ação - R$ - JSCP** | **0,00105** |

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$40.963, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

### 22.3 Reservas

| | Nota | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| Reservas de capital | | | |
| Doações e subvenções para investimento | | 177.342 | 177.342 |
| Incentivos fiscais | | 787 | 787 |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | | 156.599 | 156.599 |
| Total | | **334.728** | **334.728** |
| Reservas de lucros | | | |
| Legal | | 50.925 | 50.925 |
| Retenção de lucros | | 212.741 | 11.555 |
| Dividendo adicional proposto | | | 166.024 |
| Outras reservas de lucro | 22.3.2 | (73.733) | (26.492) |
| Total | | **189.933** | **202.012** |
| | | **524.661** | **536.740** |

**22.3.1 Reservas de capital - Doações e subvenções para investimento**

Constituídas originalmente na Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., tendo sido vertidas na proporção do Patrimônio líquido no processo de cisão realizada pela referida antecessora, ocorrido a partir de 1° de janeiro de 1998, e que deu origem ao início das operações da Companhia.

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por:

(i) Despesa de remuneração das imobilizações em curso:

Decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso, com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e, principalmente, através da Portaria DNAEE nº 250/85, tendo sido registrada em contrapartida à rubrica de Reservas de capital no Patrimônio líquido; e

(ii) Conta de resultados a compensar - CRC:

A Conta de resultados a compensar teve origem na contabilização de crédito relativo aos efeitos do reconhecimento ao direito da compensação dos déficits de remuneração setorial mínima assegurada e que foi reconhecida quando da mudança do regime de remuneração das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, que substituiu o regime do custo do serviço para o atual modelo de remuneração e controle pelos preços. Com amparo na Lei nº 8.631/93, essa contabilização foi efetuada em contrapartida à rubrica de Reservas de capital no Patrimônio líquido.

**22.3.2 Outros resultados abrangentes**

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

| | Saldo em 31/12/2011 | Ganhos | Perdas | Provisão IRPJ/CSLL | Transferência para reserva | Saldo em 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego | – | 19.529 | (91.107) | 24.337 | 47.241 | – |
| | **–** | **19.529** | **(91.107)** | **24.337** | **47.241** | **–** |

**22.3.3 Reserva de retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 23 Receita

| | Nº de consumidores (*) | | MWh (*) | | R$ | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 Reclassificado |
| **Fornecimento (**)** | | | | | | |
| Residencial | 1.458.722 | 1.415.879 | 3.374.935 | 3.260.568 | 1.158.093 | 1.102.266 |
| Industrial | 11.711 | 11.348 | 2.973.313 | 3.194.680 | 777.889 | 843.522 |
| Comercial | 110.378 | 97.927 | 2.025.909 | 1.847.221 | 612.181 | 562.079 |
| Rural | 8.072 | 8.124 | 84.183 | 83.595 | 18.767 | 18.471 |
| Poder público | 8.649 | 8.373 | 322.565 | 304.642 | 100.939 | 96.026 |
| Iluminação pública | 2.297 | 2.184 | 315.233 | 304.070 | 58.845 | 56.394 |
| Serviço público | 1.301 | 1.224 | 297.301 | 271.959 | 63.434 | 59.245 |
| Consumo próprio | 169 | 137 | 5.821 | 4.382 | | |
| (–) Transferência para TUSD - clientes cativos | | | | | (1.368.834) | (1.327.490) |
| Fornecimento não Faturado | | | | | 22.370 | 4.004 |
| | **1.601.299** | **1.545.196** | **9.399.260** | **9.271.117** | **1.443.684** | **1.414.517** |
| **Suprimento de energia elétrica** | 2 | 2 | 44.376 | 42.024 | 2.402 | 2.083 |
| **Energia de curto prazo** | | | 209.556 | 443.308 | 27.931 | 7.921 |
| | **2** | **2** | **253.932** | **485.332** | **30.333** | **10.004** |
| **Total Fornecimento e suprimento** | **1.601.301** | **1.545.198** | **9.653.192** | **9.756.449** | **1.474.017** | **1.424.521** |
| Disponibilização do Sistema de Distribuição | **140** | **98** | **5.349.317** | **5.412.538** | **1.757.608** | **1.723.222** |
| TUSD - outros | 140 | 98 | 5.349.317 | 5.412.538 | 390.092 | 393.860 |
| TUSD - clientes cativos | | | | | 1.368.834 | 1.327.490 |
| TUSD - não faturado | | | | | (1.318) | 1.872 |
| Receita de construção | | | | | 96.783 | 174.082 |
| Outras receitas operacionais | | | | | 49.903 | 47.744 |
| **Subtotal** | **1.601.441** | **1.545.296** | **15.002.509** | **15.168.987** | **3.378.311** | **3.369.569** |
| (–) Deduções à receita operacional | | | | | | |
| P&D | | | | | (23.252) | (23.779) |
| Outros encargos | | | | | (36.346) | (31.607) |
| CCC | | | | | (195.464) | (194.012) |
| CDE | | | | | (157.976) | (143.424) |
| RGR | | | | | (19.443) | (17.201) |
| PIS/COFINS | | | | | (388.394) | (374.566) |
| ICMS | | | | | (159) | (139) |
| ISS | | | | | (188) | (134) |
| **Subtotal** | **–** | **–** | **–** | **–** | **(821.222)** | **(784.862)** |
| **Receita** | **1.601.441** | **1.545.296** | **15.002.509** | **15.168.987** | **2.557.089** | **2.584.707** |

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) As receitas de fornecimento e disponibilização de sistema de distribuição (TUSD) estão apresentadas líquidas de ICMS.

### 23.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL através da REN n° 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, determinou a contabilização como Obrigações especiais anteriormente registrado como Receita operacional em curso dos valores provenientes e por ocasião do 4° ciclo de revisões tarifárias, 2015 no caso da Companhia, o valor acumulado nessa subconta, até a data do laudo de avaliação os ativos, deverá ser transferido para a conta normal de Obrigações especiais, quando então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações especiais.

Não obstante a essa determinação a Companhia, por meio da ABRADEE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADEE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto a 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

No dia 19 de junho de 2012, o Juiz Convocado junto ao TRF-1, concedeu efeito suspensivo a Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é remota, no entanto, a Companhia efetuou o registro contábil da Obrigação especial. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R$50.132 (R$7.287 em 31 de dezembro de 2011).

## 24 Gastos operacionais

| | 2012 | | | | | | | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custo do serviço | | | Despesas operacionais | | | | |
| | Com energia elétrica | De operação | Prestado a terceiros | Com vendas | Gerais e administrativas | Outras | Total | Total Reclassificado |
| Não gerenciáveis | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | | | | | | | |
| Moeda estrangeira - Itaipu | 269.919 | | | | | | 269.919 | 231.733 |
| Moeda nacional | 1.229.940 | | | | | | 1.229.940 | 946.019 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 422.575 | | | | | | 422.575 | 369.460 |
| Taxa de fiscalização | | | | | | 6.306 | 6.306 | 6.139 |
| | **1.922.434** | **–** | **–** | **–** | **–** | **6.306** | **1.928.740** | **1.553.351** |
| Gerenciáveis | | | | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | | 84.594 | 109 | | 38.098 | | 122.801 | 108.260 |
| Material | | 9.794 | 1.007 | | 1.037 | | 11.838 | 12.598 |
| Serviços de terceiros | | 83.638 | 2.617 | | 48.799 | | 135.054 | 142.107 |
| Depreciação | | | | | 23 | | 23 | 37 |
| Amortização | | 72.921 | | | 9.157 | | 82.078 | 74.157 |
| Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas | | | | 22.636 | | | 22.636 | 17.641 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | | | | | | 5.573 | 5.573 | 32.934 |
| Aluguéis e arrendamentos | | 14 | | | 4.165 | | 4.179 | 3.105 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | | | | | | 6.513 | 6.513 | 32.476 |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | | | | | | (24.534) | (24.534) | |
| Custo com construção da infraestrutura | | | 96.783 | | | | 96.783 | 174.082 |
| Outras | | 2.107 | 25 | | 18.900 | 9.385 | 30.417 | 26.790 |
| | **–** | **253.068** | **100.541** | **22.636** | **120.179** | **(3.063)** | **493.361** | **624.187** |
| Total | **1.922.434** | **253.068** | **100.541** | **22.636** | **120.179** | **3.243** | **2.422.101** | **2.177.538** |

## 25 Resultado financeiro

| | 2012 | 2011 Reclassificado |
|---|---|---|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicações financeiras | 2.325 | 10.387 |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida | 48.679 | 46.041 |
| Operações de *swap* e *hedge* | 4.271 | |
| Atualização monetária depósitos judiciais | 618 | 8.299 |
| Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS | 1.981 | 563 |
| SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis | 2.326 | 4.272 |
| Marcação a mercado - MTM | 533 | |
| Descontos obtidos | 525 | 351 |
| Ajustes a valor presente | (4.508) | 2.543 |
| Outras receitas financeiras | 14.396 | 9.521 |
| | **71.146** | **81.977** |
| Despesas financeiras | | |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada | (2.586) | (146) |
| Encargos de dívidas | (56.768) | (73.634) |
| Variações monetárias moeda nacional | | (1) |
| Variações monetárias moeda estrangeira | (6.024) | (8.959) |
| Juros e multa sobre ICMS | (756) | (1.261) |
| Operações de *swap* e *hedge* | | (1.165) |
| Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas | (13.502) | (58.820) |
| SELIC - Energia Livre | (2.502) | (3.067) |
| Atualizações monetárias - REFIS | (3.132) | (8.987) |
| Marcação a mercado - MTM | | (239) |
| Benefícios pós-emprego | (4.611) | (7.853) |
| (–) Juros capitalizados | 4.260 | 10.743 |
| Outras despesas financeiras | (7.914) | (16.604) |
| | **(93.535)** | **(169.993)** |
| Total | **(22.389)** | **(88.016)** |

## 26 Imposto de renda e contribuição social

| | Imposto de Renda | | Contribuição Social | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | 112.599 | 319.153 | 112.599 | 319.153 |
| Alíquota | 25% | 25% | 9% | 9% |
| IRPJ e CSLL | **(28.150)** | **(79.788)** | **(10.134)** | **(28.724)** |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | | | |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes | | | | |
| Doações | (269) | (282) | (97) | (101) |
| Perdas indedutíveis | (5.390) | 85 | (1.941) | 31 |
| Multas indedutíveis | (15) | (17) | (5) | (6) |
| Despesas indedutíveis | | (186) | | (67) |
| Gratificações a administradores | (160) | (172) | (58) | (61) |
| Pesquisa e desenvolvimento | | 243 | | 87 |
| Programa REFIS | | (1.462) | | (526) |
| Juros sobre o capital próprio | 10.240 | 10.723 | 3.687 | 3.861 |
| (Adição) Reversão de diferenças permanentes | | (853) | | (306) |
| Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior | 259 | 36 | 79 | 13 |
| Adicional IRPJ | 24 | 24 | | |
| Programa de Alimentação do Trabalhador | 133 | 171 | | |
| Incentivo Cultural e Artístico | 133 | 1.025 | | |
| Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente | 33 | | | |
| Despesa de IRPJ e CSLL | **(23.162)** | **(70.453)** | **(8.469)** | **(25.799)** |
| Alíquota efetiva | 20,57% | 22,07% | 7,52% | 8,08% |

## 27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia | 80.968 | 222.901 |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 39.091.735 | 39.091.735 |
| Resultado básico e diluído por ações (reais/ação) | **0,00207** | **0,00570** |

## 28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

### 28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

### 28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

| | Valor justo | | Valor contábil | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| **Ativos financeiros** | | | | |
| **Circulante** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 111.544 | 191.654 | 111.544 | 191.654 |
| Consumidores e concessionárias | 601.889 | 453.640 | 601.889 | 453.640 |
| Cauções e depósitos vinculados | 327 | 149 | 327 | 149 |
| **Não circulante** | | | | |
| Ativo financeiro indenizável | 238.834 | 188.432 | 238.834 | 188.432 |
| Consumidores e concessionárias | 31.363 | 52.943 | 31.363 | 52.943 |
| Partes relacionadas | 1.033 | 1.421 | 1.033 | 1.421 |
| Cauções e depósitos vinculados | 161 | 516 | 161 | 516 |
| Outros créditos - Derivativos | 6.297 | | 6.297 | |
| **Total Ativo** | **991.448** | **888.755** | **991.448** | **888.755** |
| **Passivos financeiros** | | | | |
| **Circulante** | | | | |
| Fornecedores | 448.325 | 325.473 | 448.325 | 325.473 |
| Debêntures | 16.545 | 24.825 | 16.545 | 24.825 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 59.785 | 59.922 | 60.508 | 59.331 |
| Derivativos | | 2.710 | | 2.710 |
| **Não circulante** | | | | |
| Debêntures | 389.195 | 388.550 | 389.195 | 388.550 |
| Empréstimos e financiamentos | 168.392 | 166.084 | 170.429 | 171.960 |
| Partes relacionadas | 3.714 | 856 | 3.714 | 856 |
| **Total Passivo** | **1.085.956** | **968.420** | **1.088.716** | **973.705** |

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A Companhia reconhece na rubrica Ativo financeiro indenizável um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

Para Consumidores e concessionárias, o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos decorrente de operações de participação em leilão de energia.

Os Derivativos, são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidenciação está descrita na nota 28.6 - Instrumentos financeiros derivativos.

O saldo de Fornecedores é composto, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

As Debêntures e os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimos.

Classificação dos instrumentos financeiros:

| | 31/12/2012 | | | | | 31/12/2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | **Empréstimos e recebíveis** | **Valor justo por meio do resultado** | **Mantidos até o vencimento** | **Disponíveis para venda** | **Total** | **Empréstimos e recebíveis** | **Valor justo por meio do resultado** | **Mantidos até o vencimento** | **Total** |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 111.544 | | | 111.544 | | 191.654 | | 191.654 |
| Ativo financeiro indenizável | | | | 238.834 | 238.834 | 188.432 | | | 188.432 |
| Consumidores e concessionárias | 633.252 | | | | 633.252 | 506.583 | | | 506.583 |
| Cauções e depósitos vinculados | | | 488 | | 488 | | | 665 | 665 |
| Partes relacionadas | 1.033 | | | | 1.033 | 1.421 | | | 1.421 |
| Outros créditos - Derivativos | | 6.297 | | | 6.297 | | | | – |
| | **634.285** | **117.841** | **488** | **238.834** | **991.448** | **696.436** | **191.654** | **665** | **888.755** |

| | 31/12/2012 | | 31/12/2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros** | **Outros ao custo amortizado** | **Total** | **Valor justo através do resultado** | **Outros ao custo amortizado** | **Total** |
| Fornecedores | 448.325 | 448.325 | | 325.473 | 325.473 |
| Debêntures | 405.740 | 405.740 | | 413.375 | 413.375 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 230.937 | 230.937 | | 231.291 | 231.291 |
| Derivativos | | | 2.710 | | 2.710 |
| Partes relacionadas | 3.714 | 3.714 | | 856 | 856 |
| | **1.088.716** | **1.088.716** | **2.710** | **970.995** | **973.705** |

Em 2012, a Companhia reclassificou a rubrica Ativo financeiro indenizável da categoria empréstimos e recebíveis para a categoria disponível para venda. Este instrumento financeiro é o direito a indenização ao término da concessão (nota 11).

A mensuração foi realizada a partir do laudo de avaliação desses ativos emitido pelo Poder Concedente. Dessa forma o ativo passou a ser medido pelo valor justo, anteriormente avaliado pelo custo amortizado.

As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa, mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

| | | Mensuração do valor justo | | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2012** | **Mercados idênticos Nível 1** | **Mercados similares Nível 2** | **Mercados similares Nível 3** |
| **Ativos financeiros** | | | | |
| **Circulante** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 111.544 | 111.523 | 21 | |
| Ativo financeiro indenizável | 238.834 | | | 238.834 |
| Outros Créditos - Derivativos | 6.297 | | 6.297 | |
| | **356.675** | **111.523** | **6.318** | **238.834** |

### 28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 16 e 17, possuem como contraparte o BEI, BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, ao CDI, ao Dólar e à Libor.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* e *swaps* para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

#### 28.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir, foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

| | | *Aging* cenário provável | | | Cenário (I) | Cenário (II) | Cenário (III) | Cenário (IV) | Cenário (V) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Risco** | **Até 1 ano** | **2 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **Provável** | **Aumento do risco em 25%** | **Aumento do risco em 50%** | **Redução do risco em 25%** | **Redução do risco em 50%** |
| Instrumentos financeiros ativos | CDI | 4 | | | 4 | 1 | 2 | (1) | (2) |
| Instrumentos financeiros ativos | CDI | (39.560) | (56.678) | – | (96.238) | (19.346) | (38.380) | 19.671 | 39.680 |
| Instrumentos financeiros derivativos | CDI | (2.816) | (11.019) | (222) | (14.057) | (3.514) | (7.029) | 3.514 | 7.029 |
| | | **(42.372)** | **(67.697)** | **(222)** | **(110.291)** | **(22.859)** | **(45.407)** | **23.184** | **46.707** |
| **Operação** | | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros passivos | TJLP | (5.734) | (7.297) | (115) | (13.146) | (2.138) | (4.276) | 2.138 | 4.276 |
| | | **(5.734)** | **(7.297)** | **(115)** | **(13.146)** | **(2.138)** | **(4.276)** | **2.138** | **4.276** |
| **Operação** | | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros passivos | Dólar | | | | | (12.534) | (25.068) | 12.534 | 25.068 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Dólar | | | | | 12.534 | 25.068 | (12.534) | (25.068) |
| | | – | – | – | – | – | – | – | – |
| **Operação** | | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros passivos | Libor - 6M | (884) | (12.640) | (324) | (13.848) | (2.866) | (5.732) | 2.866 | 5.732 |
| Instrumentos financeiros derivativos | Libor - 6M | 884 | 12.640 | 324 | 13.848 | 2.866 | 5.732 | (2.866) | (5.732) |
| | | – | – | – | – | – | – | – | – |

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Libor e Dólar estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; TJLP entre 5,00% e 5,50%; Libor 6M entre 0,55% e 4,55%; e Dólar entre 1,81 e 1,85.

### 28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Consumidores e concessionárias (Nota 5) e Ativo financeiro indenizável (Nota 11). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.

### 28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, pode-se levar em face a composição de 9,48% de estimativas de não realização dos créditos, conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras.

A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers,* lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 28.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia foram registradas no resultado.

O valor justo dos derivativos da Companhia são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

| | **31/12/2012** | **31/12/2011** |
|---|---|---|
| **Ponta ativa** | ***Swap*** | ***Swap*** |
| Libor + 1,275% a.a. | 40.368 | |
| US$ + Libor 4,375 % a.a. | | 1.221 |
| US$ + Libor 4,375 % a.a. | | 214 |
| US$ + Libor 4,375 % a.a. | | 766 |
| US$ + Libor 4,375 % a.a. | | 613 |
| | **40.368** | **2.814** |
| **Ponta passiva** | | |
| 93,40% do CDI | 34.881 | |
| 104,69% do CDI | | 2.450 |
| 118,94% do CDI | | 816 |
| 109,70% do CDI | | 1.324 |
| 109,50% do CDI | | 934 |
| | **34.881** | **5.524** |
| Total | **5.487** | **(2.710)** |

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Companhia no exercício são:

**Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos**

| | Resultado Financeiro | |
|---|---|---|
| | Resultado 31/12/2012 | Resultado 31/12/2011 |
| **Derivativos com propósito de proteção** | | |
| Riscos cambiais | 4.271 | 359 |
| Riscos de taxas de juros e moeda | | (1.763) |
| Total | **4.271** | **(1.404)** |

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

| Vencimento | Derivativos líquido |
|---|---|
| Após 2014 | 5.487 |
| **Receber** | **5.487** |

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

| Descrição | Contraparte | Início | Vencimento | Posição | Nocional US$ 31/12/2012 | Nocional US$ 31/12/2011 | Nocional R$ 31/12/2012 | Nocional R$ 31/12/2011 | Valor Justo 31/12/2012 | Valor Justo 31/12/2011 | Efeitos no Resultado 31/12/2012 | Efeitos no Resultado 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Swap*** | | | | | | | | | | | | |
| Ativo | Banco Goldman Sachs | 09/02/2012 | 20/02/2018 | Libor 6M + 1,275% a.a. | 19.740 | | 34.071 | | 40.368 | | 4.588 | |
| Passivo | | | | 93,40% do CDI | | | | | 34.881 | | | |
| | | | | | | | | | **5.487** | **–** | **4.588** | **–** |
| Ativo | Banco Citibank | 19/03/2004 | 14/02/2012 | Libor + 4,375% a.a. | | 651 | | 1.897 | | 1.221 | (97) | 403 |
| Passivo | | | | 104,69% do CDI | | | | | | 2.450 | 32 | 716 |
| | | | | | | | | | **–** | **(1.229)** | **(129)** | **(313)** |
| Ativo | Banco Citibank | 14/12/2004 | 14/02/2012 | Libor + 4,375% a.a. | | 244 | | 676 | | 214 | (36) | 8 |
| Passivo | | | | 118,94% do CDI | | | | | | 816 | 12 | 545 |
| | | | | | | | | | **–** | **(602)** | **(48)** | **(537)** |
| Ativo | Banco JP Morgan | 05/04/2006 | 14/02/2012 | Libor + 4,375% a.a. | | 407 | | 1.174 | | 766 | (59) | 187 |
| Passivo | | | | 109,70% do CDI | | | | | | 1.324 | 19 | 522 |
| | | | | | | | | | **–** | **(558)** | **(78)** | **(335)** |
| Ativo | Banco JP Morgan | 05/04/2006 | 14/02/2012 | Libor + 4,375% a.a. | | 325 | | 846 | | 613 | (49) | 150 |
| Passivo | | | | 109,50% do CDI | | | | | | 934 | 13 | 369 |
| | | | | | | | | | **–** | **(321)** | **(62)** | **(219)** |
| | | | | | | | | | **5.487** | **(2.710)** | **4.271** | **(1.404)** |

**29 Compromissos contratuais e Garantias**

**29.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

| | | 31/12/2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Total | Até 1 ano | Entre 1 a 3 anos | Entre 3 a 5 anos | Acima de 5 anos |
| Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos | 16 e 17 | 636.677 | 77.053 | 503.886 | 55.738 | |
| Responsabilidades com locações operacionais | | 46.064 | 26.781 | 19.283 | | |
| Obrigações de compra | | 22.347.367 | 2.238.583 | 4.808.578 | 3.407.756 | 11.892.450 |
| | | **23.030.108** | **2.342.417** | **5.331.747** | **3.463.494** | **11.892.450** |

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As dívidas de curto e longo prazos correspondem aos saldos de empréstimos e respectivos juros vincendos, contraídos junto a entidades bancárias, empréstimos por obrigações não conversíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vincendos foram calculados considerando a taxa de juros em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As obrigações de compra referem-se basicamente a contratos de longo prazo que contemplam a aquisição de energia elétrica para revenda.

**29.2 Garantias**

| Tipo de garantia oferecida | 31/12/2012 Valor | 31/12/2011 Valor |
|---|---|---|
| Aval de acionista | 109.339 | 37.805 |
| Depósito Caucionado | 488 | 665 |
| Fiança Bancária | 77.925 | 21.015 |
| Garantias em recebíveis | 147.459 | 138.452 |
| Notas Promissórias | 23.845 | 20.806 |

**Aval de acionista:** O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

**Depósito Caucionado:** são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia para participação nos Leilões de energia da ANEEL.

**Fiança Bancária:** é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

**Garantias em recebíveis:** o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo, com prazo médio de vencimento superior a cinco anos, destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

**Notas Promissórias:** é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro. O saldo de Notas Promissórias, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**30 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a capitalização de encargos de dívidas ao intangível no valor de R$4.260, atividade esta que não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

**31 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

| | 31/12/2012 |
|---|---|
| Subestações | 540.054 |
| Prédios e conteúdos (próprios) | 17.432 |
| Prédios e conteúdos (terceiros) | 65.691 |
| Transportes (materiais) | 2.500 |
| Transportes (veículos) | 1.600 |
| Acidentes pessoais | 109.339 |

A Controladora EDP - Energias do Brasil, detém a Companhia como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.

**32 Eventos subsequentes**

**32.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)**

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória n° 579, de 11 de setembro de 2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013. A redução média prevista para todo o Brasil era de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e Encargos Setoriais (7%).

A Medida Provisória nº 579/2012 que resultou na Lei nº 12.783/13, estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração alcançadas pela Lei deverão disponibilizar sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia. Por sua vez, as concessionárias de transmissão, atingidas pela MP 579/12, terão considerados em sua tarifa, somente os custos de operação e manutenção, encargos e tributos, já que os ativos vinculados à prestação do serviço estarão totalmente amortizados.

No que se refere aos Encargos Setoriais, as cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixará de ser cobrada dos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

O Decreto nº 7.891/13 estabeleceu uma maior abrangência para a aplicação dos recursos da CDE, os quais poderão ser utilizados para subsidiar os descontos tarifários previstos em lei, como a tarifa social baixa renda, rural, água, esgoto e saneamento, irrigantes, entre outros. Desse modo, a diferença auferida de receita, devido aos descontos concedidos, não será mais ressarcida por meio das tarifas dos demais consumidores.

Em 24 de janeiro de 2013 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, específica para o ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais, de todas as distribuidoras de energia. Assim, simultaneamente serão reduzidos os custos não gerenciáveis e as tarifas de fornecimento, não havendo impactos na margem das distribuidoras. Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir do final de janeiro de 2013. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

i) Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessões renovadas;
ii) Redução dos custos de transmissão;
iii) Redução dos encargos setoriais; e
iv) Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional.

**32.2 Captação de Empréstimos**

Em 5 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo na modalidade de Conta Garantida, no valor de R$20.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 116,00% do CDI com principal e juros a vencer em única parcela maio de 2013.

Em 5 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R$20.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI com principal e juros a vencer em única parcela maio de 2013.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Ana Maria Machado Fernandes** – Presidente
**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas** – Vice-Presidente
**Luiz Otavio Assis Henriques** – Conselheiro
**Miguel Dias Amaro** – Conselheiro
**Leandro da Silva Netto** – Conselheiro

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**
Diretor-Presidente

**Agostinho Gonçalves Barreira**
Diretor Técnico e de Ambiente

**Carlos Sérgio Salgueira Martins**
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

**Michel Nunes Itkes**
Diretor Comercial

**Carlos Yoshio Motoki**
Diretor Administrativo e de Sustentabilidade

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Donato Silva Filho**
Diretor de Regulação

**Elisa Saeko Ishizaka Turci**
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137209/O-8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
**Bandeirante Energia S.A.**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Bandeirante Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bandeirante Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

**Outros assuntos**

*Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
**Iara Pasian**
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.